



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO**

JACQUELINE DE CAMPOS MEDEIROS

**NÓS MULHERES PRETAS: TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS
NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO**

CAMPINAS,

2023

JACQUELINE DE CAMPOS MEDEIROS

**NÓS MULHERES PRETAS: TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS NO
TELEJORNALISMO BRASILEIRO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.

Orientador (a): Prof(a). Dr(a). Daniela Tonelli Manica

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pela aluna Jacqueline de Campos Medeiros e orientada pela Profa. Dra. Daniela Tonelli Manica

CAMPINAS,

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

M467n Medeiros, Jacqueline de Campos, 1990-
Nós mulheres pretas : trajetórias e vivências no telejornalismo brasileiro /
Jacqueline de Campos Medeiros. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Daniela Tonelli Manica.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Joyce Ribeiro. 2. Luciana Barreto. 3. Mulheres Negras. 4.
Representatividade. 5. Telejornalismo brasileiro. I. Manica, Daniela Tonelli,
1976-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da
Linguagem. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: We black women : trajectories and experiences in brazilian
telejournalism

Palavras-chave em inglês:

Joyce Ribeiro

Luciana Barreto

Black women

Representativeness

Brazilian telejournalism

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestra em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Daniela Tonelli Manica

Marcos Aurélio Barbai

Carolina Cantarino Rodrigues

Lais Silveira Fraga

Humberto Manoel de Santana Júnior

Data de defesa: 27-06-2023

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: 0009-0008-6603-1092

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6178368939784432>



BANCA EXAMINADORA

Daniela Tonelli Manica

Carolina Cantarino Rodrigues

Marcos Aurélio Barbai

**IEL/UNICAMP
2023**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação e na Secretaria de Pós-graduação do IEL.

Aos meus amados avós, que sempre acreditaram que o conhecimento e a cultura seriam primordiais para a construção do meu futuro. É na resistência de suas narrativas insurgentes que nasce meu desejo em transformar o mundo. Para vocês, minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Queridos leitores, é com imensa gratidão e orgulho que expresso meus sinceros agradecimentos nesta ocasião especial, ao concluir minha dissertação de mestrado. O trabalho aqui desenvolvido representa não apenas uma etapa importante na minha jornada acadêmica, mas também uma vitória pessoal, carregada de significado, suor e dedicação.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família, que tem sido meu maior apoio ao longo deste caminho desafiador. Minha avó, mãe, companheiro, irmã, vocês sempre acreditaram em mim e me incentivaram a buscar meus sonhos. Obrigada por serem minha fonte inesgotável de amor, motivação e força. Aos meus amados filhos, Pietra e Daniel, vocês são minha inspiração diária e a razão pela qual eu me esforço tanto buscando construir um mundo menos violento para todos nós.

Agradeço também aos meus amigos e colegas, que estiveram ao meu lado durante essa jornada intensa. Seus encorajamentos, palavras gentis e apoio mútuo foram fundamentais para superar os desafios que surgiram ao longo do caminho. Nos momentos de incertezas, vocês foram minha rede de segurança, compartilhando alegrias e tristezas, e tornando essa jornada acadêmica um caminho menos espinhoso.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a minha orientadora Daniela Manica, cuja orientação, conhecimento e sabedoria foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação. Seu compromisso com o coletivo e por justiça social me impulsionou em minha trajetória produzindo autonomia e ferramentas para desenvolver meu pensamento crítico, abrindo novos horizontes e expandindo minha compreensão sobre a área de estudo. Sou eternamente grata por sua orientação e pelo apoio.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de expressar minha gratidão a todas as mulheres negras que lutaram e continuam lutando por uma sociedade mais justa e inclusiva. Como mulher negra, sei que minha jornada foi marcada por uma série de violências, relacionada ao racismo, mas também reconheço que estou aqui hoje graças à resistência e determinação de muitos antes de mim. Agradeço aos meus ancestrais, ativistas, pesquisadores, líderes comunitários e a todos aqueles

que lutam contra a discriminação e trabalham pela igualdade racial em todos os espaços. A luta de vocês me inspira e me fortalece.

A conclusão desta dissertação é uma vitória coletiva, fruto do trabalho árduo, resiliência e determinação de muitas pessoas. Obrigada, e nossa luta continua.

RESUMO

Os estudos que aqui compartilho têm como principal interesse materializar através da escrita, experiências de nós mulheres negras dentro do telejornalismo brasileiro. E para a construção dessa narrativa, convido as jornalistas Joyce Ribeiro e Luciana Barreto, para compartilhar de suas vivências, e transcorrê-las junto à minha dissertação. Para, além disso, buscamos nas teorias do feminismo negro uma melhor compreensão que abarca as subjetividades de nós mulheres negras, e estudos da comunicação. O percurso metodológico parte de uma pesquisa situada, onde escolho escrever sobre as jornalistas, entrecruzando minhas experiências em primeira pessoa. Neste sentido, o trabalho pretende abordar questões do racismo, e a representatividade das mulheres negras que ocupam espaços de poder na imprensa. Procuo entender as lacunas da atual estrutura jornalística e a dificuldade de acesso de outras jornalistas negras no telejornal brasileiro. Trago as autoras HOOKS (2019a e 2019b), CARNEIRO (2009), GONZALEZ (1983) para tratar de nós mulheres negras e representatividade, KILOMBA (2019) para analisar gênero, racismo e o silenciamento, MAIGRET (2010) para estudos das Mídias, REZENDE (2000) entre outros para tratar sobre o telejornalismo. Como resultados parciais, a pesquisa aponta que são muitas as barreiras raciais e sexistas que encontramos no percurso de nossas trajetórias. É possível notar também que o colonialismo, mesmo após o processo de emancipação, se reinventou, ocasionando a colonialidade e a perpetuação de estruturas violentas de dominação contra as mulheres negras. Todos os dias, uma jornalista negra é atingida por uma dessas violências dentro ou fora da redação. Apesar das constantes denúncias e reivindicações, continuamos sendo atravessadas pela dinâmica de dominação racial. Diante dessas perspectivas, mostro através dos casos estudados como existe muito trabalho a ser feito para que tenhamos um cenário mais inclusivo e diverso dentro dos telejornais brasileiros.

Palavras Chaves: Joyce Ribeiro. Luciana Barreto. Mulheres Negras. Telejornalismo Brasileiro. Representatividade. Racismo.

ABSTRACT

The studies that I share here have as their main interest to materialize through writing, experiences of us black women within Brazilian television journalism. And for the construction of this narrative, I invite the journalists Joyce Ribeiro and Luciana Barreto, to share their experiences, and run them along with my dissertation. In addition, we seek in black feminist theories a better understanding that encompasses the subjectivities of us black women, and communication studies. The methodological course starts from a situated research, where I choose to write about the journalists, intertwining my first-person experiences. In this sense, the work intends to address issues of racism, and the representation of black women who occupy spaces of power in the press. I try to understand the gaps in the current journalistic structure and the difficulty of access for other black journalists in the Brazilian television news. I bring the authors HOOKS (2019a and 2019b), CARNEIRO (2009), GONZALEZ (1983) to deal with us black women and representation, KILOMBA (2019) to analyze gender, racism and silencing, MAIGRET (2010) for media studies, REZENDE (2000) among others to deal with telejournalism. As partial results, the research points out that there are many racial and sexist barriers that we encounter in the course of our trajectories. It is also possible to note that colonialism, even after the emancipation process, reinvented itself, causing coloniality and the perpetuation of violent structures of domination against black women. Every day, a black journalist is hit by one of these types of violence inside or outside the newsroom. Despite constant denunciations and claims, we continue to be crossed by the dynamics of racial domination. Given these perspectives, I show through the cases studied how there is a lot of work to be done so that we have a more inclusive and diverse scenario within Brazilian television news.

Keywords: Joyce Ribeiro. Luciana Barreto. Black Women. Brazilian television journalism. Representativeness. Racism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1- NÓS MULHERES PRETAS BRASILEIRAS: O SISTEMA DO SILENCIAMENTO, CONTRAPOSTO À REIVINDICAÇÃO DA VOZ.....	14
1.1 Racismo, construção do ser mulher negra brasileira.	14
1.2 O silêncio chamado colonialismo e o entoar de nossas vozes.	27
1.3 Telejornalismo brasileiro, corpo e representação.	33
1.4 Jornalistas negras: reconstruindo os encontros.....	44
2- JOYCE RIBEIRO: CONHECENDO SUA TRAJETÓRIA JORNALÍSTICA: .	51
2.1 Infância: família, fortalecimento e sonhos.....	51
2.2 O percurso profissional nas emissoras de TV.	56
2.3 Escrivência: Joyce Ribeiro e o debate presidencial.	60
3- TRANSFORMAÇÕES JORNALÍSTICAS: COMO AS VOZES DE JORNALISTAS NEGRAS E FEMINISTAS AUXILIAM NA CONSTRUÇÃO DE UM JORNALISMO DIVERSO.....	63
3.1 Luciana Barreto: Da baixada fluminense à âncora do telejornal.....	64
3.2 Rede de Televisão brasileira: Nós, jornalistas pretas e militantes.	69
3.3 Nós, Glórias Marias: Pavimentando, para ocupar!	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

INTRODUÇÃO

Era setembro de 2018. Joyce Ribeiro era anunciada nos veículos de comunicação como a primeira jornalista negra a intermediar um debate presidencial. O anúncio de seu nome chegava como um respiro, ao mesmo tempo em que denunciava o sufocamento da tela monocromática da TV brasileira. Na sequência, em 2019, Luciana Barreto era anunciada como primeira âncora negra do canal recém-chegado, CNN Brasil. Com ela, Maria Júlia Coutinho, chegava como primeira âncora negra do jornal nacional.

Após anos de denúncias, feitas por pesquisadores, acadêmicos e jornalistas, ligadas à ausência de jornalistas negras ocupando espaços de poder nas emissoras brasileiras, foi então possível observar mudanças positivas em relação à diversidade no telejornalismo. Jornalistas negras eram apresentadas como âncoras, e apresentadoras ocupavam posições pioneiras, gerando debates necessários na sociedade. Entre eles, temas como representatividade, e racismo, surgiam demonstrando a necessidade do aprofundamento dos estudos em relação ao telejornalismo e às mulheres negras.

A mídia de massa, sobretudo o telejornalismo, foram meios de comunicação que imprimiram por muito tempo imagens negativas e distorcidas da mulheridade negra. Através desses veículos, éramos apresentadas por homens brancos de classe média apenas como estimativas, sob a ótica de suas experiências, que culminavam em matérias superficiais em relação às nossas vivências na sociedade. O apagamento da nossa imagem, e o silenciamento das nossas vozes, faz parte da violência adotada pelos veículos de comunicação. Esses, pautados por padrões de estética excludentes, e distantes da realidade brasileira, perpetuaram na psique da sociedade estereótipos sobre mulheres negras.

Contudo, conseguimos observar através desse estudo que o jornalismo brasileiro enfrenta uma crise. A crescente das mídias sociais e a descentralização da informação impactaram nos recursos financeiros destinados à publicidade das emissoras. E com isso, trouxeram novos questionamentos quanto ao seu papel para o futuro do jornalismo, e a diversidade.

Este trabalho aprofunda a nossa relação como jornalistas negras, buscando

dar visibilidade a nossas histórias, experiências e perspectivas, gerando uma nova visão epistemológica sobre o jornalismo e as nossas trajetórias. Apresentamos, através de nossas falas, novos/velhos conhecimentos marginais, que sempre estiveram presentes na construção da imprensa, porém invisibilizados, em busca de uma compreensão diversa e plural do significado da imprensa brasileira. As opressões raciais que acompanham nossas experiências também servirão de material para entendermos quais são os elementos sociais que constroem o racismo nos espaços jornalísticos.

Como remontamos nossa história dentro de uma sociedade estruturalmente racista, que vive sob o efeito da amnésia social histórica e política? No primeiro capítulo, eu convido a leitora a pensar na diversidade que abarca nós mulheres negras brasileiras. Parto do reconhecer-se negra, com o auxílio de pensadoras feministas negras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, entre outras. Neste capítulo, remonto episódios das minhas experiências, pensando na construção como mulher e feminista negra. Quem somos, como mulheres negras?

A escrita produzida em primeira pessoa é estratégica. Com ela, é possível que mulheres negras se vejam, e se encontrem dentro do processo de reflexão crítica em relação a gênero, raça e classe. E nos encontrarmos depois de uma imensidão de desencontros compulsórios, inseridos através das estruturas coloniais de dor, separação e morte se faz urgente. Por isso, ainda no primeiro capítulo, faço uma breve introdução na história a partir da imprensa negra paulista.

Escolho partir desse lugar, buscando resgatar nossa participação e enaltecer mulheres que tiveram suas histórias apagadas durante esse período de grande relevância para a negritude, dentro de um contexto de imprensa combativa. Durante esse percurso, entendemos que o silenciamento que se introduziu através do pensamento colonial se perpetua na sociedade, causando dificuldade para que encontremos nossas vozes, mesmo quando atuando em espaços de poder.

No segundo capítulo, busco fazer uma breve biografia da jornalista Joyce Ribeiro, para conseguirmos entender através de suas vivências assuntos relacionados às mulheres negras que ocupam espaços de poder como o telejornalismo. Sua trajetória fornece material para pensarmos aspectos como a representatividade e como o racismo afeta nossos corpos dentro dos meios de comunicação.

No terceiro capítulo, trouxe a experiência de Luciana Barreto. Luciana Barreto é jornalista, conhecida por seu papel antirracista nos telejornais abertos. Sua postura e determinação durante sua trajetória são marcadas por reconhecimentos que a levaram a se tornar a primeira âncora do jornal CNN. Como também, experiências de racismo, e resistência de algumas emissoras em sua contratação. Os episódios evidenciam uma difícil missão, entre dar voz às suas próprias experiências levando para as notícias as mazelas sociais que vivenciou, e ao mesmo tempo trabalhar com a possibilidade de ter sua carreira prejudicada, por resistirem à sua postura dentro das próprias emissoras.

Neste capítulo, portanto, o papel central está no estudo das emissoras, em que, elevaram discussões em relação à diversidade dentro de suas empresas, porém demonstram resistências quanto a tornar as redações mais inclusivas. Segundo levantamento realizado em 2021, por Jornalistas&Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto Corda e I'MAX, que mapeou o perfil racial da imprensa brasileira, foi observado que somente 20,10% dos profissionais da imprensa brasileira se autodeclararam pretos e pardos, e em sua maioria ocupando cargos operacionais, como: repórter, redator e produtor.

A partir das experiências narradas pelas jornalistas, e dos números apontados, busco entender de que forma as emissoras pretendem promover inclusões de jornalistas negros em cargos mais altos dentro das emissoras de TV. Para mudanças significativas existirem, precisamos entender quais são os planos existentes para jornalistas negros em cargos mais altos. Sabemos que esse estudo é de extrema importância para entendermos o cenário da imprensa brasileira, e cobrarmos ações ativas quanto à desigualdade dentro dos telejornais.

1- NÓS MULHERES PRETAS BRASILEIRAS: O SISTEMA DO SILENCIAMENTO, CONTRAPOSTO À REIVINDICAÇÃO DA VOZ

Neste capítulo, convido o leitor a pensar na diversidade que abarca nós mulheres negras brasileiras. Parto do reconhecer-se negra em uma construção contínua com o auxílio de pensadoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, entre outras. Neste percurso, entende-se que existem opressões estruturais que dificultam o acesso às nossas vozes, seja ele na história ou nos espaços jornalísticos, como produtoras e protagonistas de conteúdo. E, portanto, a partir de uma articulação de sentido através dos nossos corpos, pretendo analisar a representatividade da mulher negra, buscando entender o silenciamento, o racismo e o elitismo como ferramentas de opressão que auxiliam na pouca representatividade das mulheres negras no telejornalismo brasileiro.

1.1 Racismo, construção do ser mulher negra brasileira.

Não admitimos as equivocadas análises que fazem de circunstâncias que nos são impostas, tampouco aceitamos limitadas definições do que sejam as mulheres negras. Somente nós mesmas podemos nos definir. Somos as fontes mais genuínas de conhecimento sobre nós; exigimos que estudos que nos tomem por temática tenham como centralidade nossos pontos de vista de mulheres negras (SILVA, 1998).

Existe muito da resistência de minha bisavó em minha avó, existe muito da sabedoria de minha avó em minha mãe, existe muito da força da minha mãe para mim, e aqui estou. Os passos de mulheres negras vêm de longe, como bem nos lembra Jurema Werneck (2010). Gosto muito de parafrasear essa sábia passagem de Werneck, assim como relembrar a força da minha raiz ancestral. Lembrar que os passos de mulheres negras vêm de longe também é, de certa forma, reafirmar o compromisso com a memória de mulheres negras que antecederam nossas lutas e buscas.

Foram elas nossas baianas, abre alas. Precursoras das artes cênicas, da costura, do jornalismo, da tecnologia e da ciência. Mulheres que enfrentaram o difícil caminho do machismo e racismo, e mesmo com suas dores não aceitaram esse percurso de dominações e seguiram em busca de um espaço para seus sonhos. E através de suas histórias, aos poucos apresentadas, nos permitiram sonhar e acreditar que seria possível (re)existir. "Escrevendo para assim inscrever-se, e posicionar-se para o mundo", como bem diz Conceição (EVARISTO, 2007).

Nós mulheres negras brasileiras, mulheres diversas. Mulheres plurais. É através de cada rosto, cada história que consigo observar a potência ligada às nossas vozes. Somos Zulmar Aparecida, Lélia Gonzalez, Zenaide Silva, Sueli Carneiro, Ruth de Souza, Joyce Ribeiro, Zileide Silva, Silvia Campos, Maria Júlia Coutinho, Luciana Barreto, Conceição Evaristo, tantas outras. Algumas de nós de peles retintas, outras de peles negras mais claras. Algumas de tranças, outras de Black Power, algumas de cabelos crespos, outras carecas. Nossas classes sociais talvez não se assemelhem, nossas profissões podem se diferenciar. Nossas religiões são plurais.

Nos unimos em diferenças para lutar contra as violências, e nesse encontro, entendemos que só seria possível desenvolvermos uma relação conosco e sobre nós, se nos destituirmos do discurso alienante imposto por uma supremacia branca. Pensando assim, para melhor compreendermos a diversidade do significado nós mulheres negras brasileiras, encontro no feminismo negro uma melhor forma de reconectarmos com nossas vivências, ressignificando nossas experiências, e buscando novas possibilidades, em um mundo que se construiu a partir da exploração de nossos corpos, lágrimas, dores e sofrimentos psíquicos.

As histórias e conhecimentos de nossos ancestrais estão conectados em muitos lugares, vivendo de diversas formas, em cada canto do Brasil. Eles estão na história da preta do Capão, de São João, Vila Bela, ou Bahia. (Re)existindo e gerando conexões com velhos/novos conhecimentos, do nosso passado. Com isso, entendo ser urgente nos conectarmos com mais narrativas de mulheres negras. Elas podem auxiliar no caminho de uma luta libertadora para romper com o destino hegemônico de cultura, afeto e conhecimento. Precisamos nos reconhecer, nos reconectar e entender que nosso corpo é político.

Para começar a refletir sobre o corpo político, busco perguntas que

constantemente aparecem nos desabafos de mulheres negras e jornalistas. Entre elas: Por que temos a escrita? De onde vem essa afirmativa que não conseguimos gerenciar uma redação? Por que os discursos de jornalistas negras que ocupam posição de poder dentro de um telejornal, são tidos como narrativas “fora do lugar”? Quais os interesses de perpetuar a ausência de mulheres negras em espaços de poder? Por que ainda nos deparamos com silenciamento de nossas vozes?

O feminismo negro me auxiliou no entendimento das relações de dominação que me tomavam em todos os campos da minha vida adulta, mas que de tão naturalizadas e estruturadas, me passavam, por vezes, despercebidas. Ainda na adolescência, eu percebia que existia uma série de opressões ligadas ao gênero que precisavam ser avaliadas, urgente. Mas nessa época, eu não chamava de misoginia, sexismo, pois não naquele momento, não sabia dar nome a todas as violências que atingiam meu corpo de uma só vez.

Quando me deparava com as poucas matérias falando sobre a luta feminista, entendia que precisava fazer parte do movimento. Mas por mais que desejasse, não tinha ideia de por onde começar. As vozes que chegavam das revistas, pareciam ecos vazios de vozes desconhecidas. Isso porque, quase sempre, as imagens estampadas nas revistas eram de mulheres brancas, falando dos seus desejos e experiências na sociedade, não conseguia me ver pertencente naquelas imagens, e em seus discursos produzidos.

Por isso, no pátio da escola, entre um intervalo e outro, conversávamos sobre algumas situações que gostaríamos que fossem diferentes em nossas vidas. Mesmo com poucas referências, naquele espaço encontrávamos semelhanças, em “nossos corres”. De certa forma, criávamos naquele lugar um espaço de escuta, onde ouvir pessoas semelhantes, com problemas similares, ajudava em nosso caminho, e de alguma forma, nos dava força para seguir.

Por este motivo, a escrita produzida aqui em primeira pessoa é estratégica. Com ela, entendo esse lugar de luta, onde é possível que mulheres negras se vejam e se encontrem dentro do processo de reflexão crítica em relação às nossas vivências e experiências na sociedade. E nos encontramos depois de uma imensidão de desencontros compulsórios, inseridos através das estruturas coloniais de dor, separação e morte. Se faz urgente.

Acredito que, para solucionarmos problemas reais que afligem a vida de nós mulheres negras devemos unir nossas perspectivas, através dos diálogos e das palavras. Pois através dos encontros de nossas vivências, florimos e possibilitamos novos pensamentos e mecanismos de ação para continuar agindo na transformação e produção de novos mundos possíveis. Precisamos nos afirmar diariamente, para que nossas vozes ecoem.

Venho, portanto, por meio dessa, declinar a imposição colonial da separação, dor, violência e morte. Neste momento, desejo que cada vez mais tenhamos encontros com nossas narrativas. Seja ela através da escrita, da poesia, do jornalismo, ou de outros discursos, mas que persista e insista, que continuem existindo e crescendo para além de nossas dores, mas na possibilidade do compartilhamento de nossas múltiplas expressões.

Minhas palavras e construções vêm em conjunto da convicção das mulheres caribenhas. Do pensamento mestizo de Glória Anzaldúa, que incentivou a continuarmos contrariando as imposições linguísticas acadêmicas da escrita científica, que distância e neutraliza. Caminho em partilha do pensamento de bell hooks, que durante seu percurso ressaltou: “Para seguir é preciso entender que a língua é também um lugar de luta. O oprimido luta na linguagem para ler a si mesmo, para reunir, reconciliar, renovar.” (HOOKS, 2019a, p.74).

Caminho com Conceição Evaristo, que entoou discursos de afirmação, relembando a todas nós o poder presente em nossas vivências: “O ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção de vida. (...) em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura dominante, escrever adquire um sentido de insubordinação” (EVARISTO, 2007, p. 20-21).

Lélia Gonzalez, através do conceito de Amefricanidade¹, conseguiu florescer em mim, o que desejava há tempos, ainda na escola, que era a vontade de existir a partir da visibilidade de nossas histórias, conectando as nossas visões de mundo. Sua capacidade em articular as nossas necessidades enquanto mulheres negras e

¹ Amefricanidade, categoria cunhada por Lélia Gonzalez nos anos de 1980, que se insere na perspectiva pós-colonial, surge no contexto traçado tanto pela diáspora negra quanto pelo extermínio da população indígena das Américas e recupera as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder. (Cardoso, 2014)

traduzir para todos os públicos, independente do lugar que ocupava na sociedade, é outro dom que enxergo como sendo ancestral. O seu pensamento localizado produziu conceitos em relações não só ao sexo - maneira que teorizava o gênero no início da década de 1970-1980, como também à raça e as diferenças relacionadas a classe no Brasil. Até então, os estudos oferecidos pela ciência social falavam sobre nós somente em uma perspectiva socioeconômica, e que de fato ajuda em uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas que, "sempre deixavam um resto que desafiava as explicações" (GONZALEZ, 1983, p. 225.)

Sueli Carneiro, nossa escritora e filósofa, me lembrou que seria necessário enegrecer o olhar feminista para abarcar mulheres negras. Não seria possível pensar em gênero sem discutirmos raça e classe. Já que as opressões e violações coloniais perpetuadas por homens brancos produziram construções distorcidas quanto a nossa identidade nacional. Sua luta ininterrupta em busca da desconstrução do mito da democracia racial latino-americana, me levou a pensar nesse contorno que permanece vivo no imaginário social. Mais propriamente, nas ferramentas de dominações utilizadas por esses homens que ocupam o poder, para se manterem vivas as opressões instituídas desde o período da escravidão.

Neste sentido, parte da dificuldade de ouvir nossas vozes ou nossos conhecimentos estariam relacionados aos distanciamentos introduzidos na estrutura colonial de segregação dos nossos corpos. Bell Hooks (2019b), explica essa relação em seus textos, elaborando um novo sentido para *margem, centro*, que segundo a autora sempre ocorreu através do controle dos corpos negros na sociedade. Em suas experiências, logo na infância, entendia que havia lugares no centro da cidade em que seu corpo era tolerado, desde que em funções subjacentes, designadas por eles, como trabalhadoras domésticas, ou prostitutas. E em outros lugares, seu corpo era visto como "afrenta", quando localizado em posições de poder, ocupando os espaços da mesma forma que eles — homens brancos. Nesses casos, ela era lembrada de que "havia o seu lugar", que estava condicionado à margem, à periferia da cidade.

O passado escravocrata de desumanização do corpo de mulheres negras se perpetua, inclusive através das instituições. As instituições configuram mecanismos que reproduzem desigualdades raciais e de gênero presentes na sociedade. Homens brancos ocupam funções de maior poder e destaque dentro das

estruturas, enquanto mulheres negras ocupam posições na base da hierarquia, seguidos de baixa remuneração, reconhecimento e pertencimento.

A disparidade entre brancos e negros que se estende ao jornalismo, denuncia a ausência de mulheres negras em diversos cargos, mas principalmente em posições de direção e liderança. Uma pesquisa realizada por Jornalistas&Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto CORDA – Rede de Projetos e Pesquisas I'MAX em (2021), que não levaram em conta o gênero, revelaram que as porcentagens de pretos e pardos em cargos gerenciais, demonstram que apenas 39,8% dos cargos são ocupados por negros, enquanto 61,8% são ocupados por Brancos.

Esses números nos auxiliam a desenhar e a teorizar o conhecimento produzido por nossas intelectuais negras em relação ao racismo, que estrutura as desigualdades dentro das instituições. O racismo é uma ferramenta muito eficaz quando falamos em perpetrar e organizar as desigualdades dentro dos espaços, e para determinados grupos. Apesar de partir do entendimento que o jornalismo e a imprensa foram primordiais para a manutenção da democracia em regimes democráticos, e na resistência aos autoritarismos. A falta de diversidade existentes dentro desses espaços, exemplifica uma visão de mundo parcial, e pouco representativa quando falamos de uma sociedade que segundo o IBGE, é composta por 56% de pretos e pardos.

Estudos feministas negros interessados no entendimento da problemática das diferenças demonstram que existem similaridades nestes apagamentos envolvendo mulheres negras e indígenas. Uma das principais semelhanças envolvendo o apagamento de mulheres negras e indígenas na história brasileira é o fato de que ambos os grupos foram vítimas de um processo de colonização violenta e opressiva, que teve como consequência a desvalorização de suas culturas e a negação de seus direitos.

As mulheres negras e indígenas foram mantidas a uma série de violências, incluindo o estupro, a escravização, o genocídio e a exploração sexual. Essas violências deixaram marcas profundas em suas vidas e em suas identidades, além de terem contribuído para a construção de uma imagem negativa e estereotipada desses grupos sociais.

Além disso, a ausência de mulheres negras e indígenas nos espaços de poder e decisão também é uma semelhança importante. Tanto a luta por direitos

civis e políticos quanto a luta por reconhecimento de suas identidades culturais e históricas foram e continuam sendo dificultadas pela falta de representatividade e pela marginalização desses grupos.

As biografias que me auxiliaram na construção de quem eu sou hoje, como mulher negra brasileira, me encontraram tardiamente, já na fase adulta. Infelizmente, quando criança e estudante de escola pública, não tive contato com referências e biografias de personalidades negras. O apagamento de suas histórias, portanto, foram reais na minha infância dentro dos espaços escolares.

Já em casa, a “coisa” era diferente. Ser filha de uma funcionária pública, e sindicalista, fez com que a conscientização em relação à luta de mulheres negras na história e aspectos relacionados à minha classe, e ao racismo, acontecesse quase diariamente. Desde a infância, era possível observar em minha mãe uma consciência invejável do que significava seu corpo preto.

A forma com que trabalhava esses aspectos em relação à sua negritude transbordava de tal forma, que sempre que podia, lá estávamos eu e minha irmã, nos protestos e paralisações a favor da classe trabalhadora e desfiles pelos direitos LGBTQIAP+. Éramos uma mulher e duas crianças pretas, naquela imensidão de gente, gritando e exigindo nossos direitos.

Cresci na casa dos meus avós, com a minha mãe, minha irmã e meus tios. Minha mãe se divorciou do meu pai depois do meu primeiro ano de idade. Tenho poucas memórias agradáveis do meu pai na minha infância. Minha mãe foi muito julgada por meus familiares por conta do divórcio. Para eles, minha mãe deveria aguentar “tudo pelo casamento”, mas por sorte, ela não acreditava nessa história e escolheu sozinha seu próprio destino.

Uma mãe com a responsabilidade de duas crianças entende rapidamente que é necessário trabalhar o dobro para conseguir dar conta dos gastos. Aliás, não só ela, como minha avó também. Ela trabalhava em dois empregos, por isso, quem ficava conosco durante o dia era meu avô. Nossa rede de apoio, sempre foram meus avós. Eles estavam por detrás de nossos estudos, dos cuidados da rotina e dos incentivos de nossos sonhos. Diante dessa realidade, minha mãe entendeu logo que precisava estudar mais para mudar o futuro da nossa família. Escolheu o curso de assistência social. Era trabalho de dia e faculdade de noite. Como canta Martinho da Vila em sua música, O Pequeno Burguês (1969), “E ainda quando chegava em

casa, tinha um punhado de problemas e crianças para criar”.

Através do estudo, e de seu canudo de papel, minha mãe foi a primeira a se formar no ensino superior na família, e produziu assim, mudanças significativas em nossas vidas. Seu diploma não garantiu o acesso fácil ao mercado de trabalho, mas, permitiu novas ferramentas para buscarmos possibilidades de enfrentar uma sociedade estruturalmente desigual. Como trabalhava no hospital Estadual da Unicamp, concorreu a uma prova interna e passou como assistente social do pronto socorro.

Sempre que posso, conto essa história para meus filhos. Crianças adoram histórias de super-heróis e heroínas. Gosto de lembrar a eles que sua avó foi uma. E assim como ela, existem muitas mulheres pretas mudando o futuro de seus filhos a cada dia, dentro e fora de suas casas, em uma difícil missão entre alimentar os nossos sonhos e sobreviver. Em breve, pretendo revelar quem são os todos os vilões nesta história de constante violência, mas nesse momento, permitam sonhem, e construam seus heróis, pretos.

Essa construção que narrei e que tento produzir ao contar histórias do povo preto para meus filhos não é uma tarefa fácil. Principalmente quando falamos de apagamento e invisibilidade. Você, por exemplo, já ouviu falar da história de Esperança Garcia, a primeira mulher e advogada do Brasil? Ou de Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista negra brasileira? Maria Felipa de Oliveira, marisqueira e pescadora que lutou pela independência da Bahia?

Todas elas foram mulheres negras potentes que viveram em épocas diferentes, mas que juntas protagonizaram histórias de lutas, possibilitando narrativas opostas àquelas ouvidas constantemente nos livros de história do Brasil, de subserviência e submissão. Em contrapartida, você já deve ter ouvido diversas histórias brasileiras que evidenciam a bravura dos colonizadores portugueses e estrangeiros. Esses que encontramos diariamente nas biografias escolares, estampando pinturas, estátuas, nome de ruas pelas cidades e uma infinidade de monumentos em suas memórias. E por quê? Chimamanda Ngozi Adichie, faz uma importante reflexão sobre as hierarquias que continuam a evidenciar histórias, em detrimento do apagamento de outras histórias. Ela fala:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e

humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem recuperar a dignidade despedaçada [...] quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso (Adichie,2019, p.32-33).

O escritor Vandelir Camilo (2021), descreveu em seu artigo, que lidamos com uma estratégia de apagamento social, que ele define como “necromemória”. Segundo o autor, essa definição ocorre com a morte, e necrose da memória, em relação as histórias dos povos indígenas e negros no Brasil. O apagamento promove uma lacuna oportuna na memória de grupos socialmente perseguidos e violentados. Já que, enquanto nos convencemos que nossa história se resume em dor e sofrimento, não conseguimos desvincular a ideia de que servimos apenas para ser atores coadjuvantes de “alienações eurocentristas”. E continua: “Sem autenticidade, esse sujeito perde sua agência, que é a capacidade de o sujeito dispor de recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço de sua liberdade humana, o que, por sua vez, estratifica a ideia de identidade. Quem sou eu? De onde vim? Para onde vou?” (CAMILO, 2021, p. 3).

Quando estava no terceiro ano do ensino fundamental, aconteceu comigo uma situação muito simbólica. Lembro de estar em sala ouvindo uma aula de história. Nesse dia, a professora contava a história do “descobrimento” do Brasil e toda aquela pompa dos europeus que desceram em “terras desconhecidas”. Entre uma caravela e outra, eu timidamente levantei minha mão. A professora perguntou qual seria a dúvida. Então eu disse que sabia que aquela história não era real. Ela me olhou com espanto, e continuei. Disse que sabia que eles haviam chegado roubando e matando nossos indígenas. A professora rapidamente pediu que eu ficasse quieta que aquele não seria o momento.

Refletindo sobre as histórias que aprenderam nas escolas, fico pensando: quando teremos a oportunidade de conhecer também as histórias das mulheres negras? Quando será o momento? E, em qual momento da sua vida elas chegaram até você?

Apesar dos esforços dos movimentos negros e sociais para sancionar a Lei 10639/2003, que torna obrigatória a inclusão da "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" no currículo oficial da rede de ensino, ainda há muito a ser feito para nessa progressão. A dificuldade em lidar com questões relacionadas ao racismo é um dos

principais entraves, e muitos diretores e coordenadores ainda não estão preparados para liderar a reestruturação necessária nas instituições de ensino. Como resultado, a história e a cultura das mulheres negras, por exemplo, continuam negligenciadas nas salas de aula, impedindo que as futuras gerações aprendam sobre a riqueza da diversidade cultural brasileira.

O historiador Enrique Serra Padrós (2001) levanta a discussão em torno da memória e sua natureza social. Em seu livro, ele descreve que mesmo quando falamos de um lugar de experiência pessoal, nossas lembranças são resultado de interações com outras pessoas. E que, segundo o pesquisador, contribui para que a memória se torne fator importante não só para a construção de nossa própria identidade, quanto para suporte para sujeitos coletivos e a preservação de suas histórias. E, portanto, esse mesmo movimento permite que essa construção seja perpassada por mediações veladas que expressam relações de poder e hierarquizam, de acordo com os interesses dominantes. Em suma, sabemos que o apagamento não é produto do acaso. Ele é uma sistemática que envolve a “interação de diversos atores históricos em determinados momentos conjuntural” (PADRÓS, 2001, p. 81,). E, neste sentido, este acordo continua vigente e se renovando em muitos espaços, inclusive dentro das escolas e redes de ensino.

Na minha infância, cada memória narrada por meus ancestrais, produziam sensações similares às de um ouvinte das histórias de livros infantis: o interlocutor pratica a leitura de um livro em voz alta, enquanto imaginamos cada personagem, lugar, experiências. Como por exemplo, a imagem do meu avô quando jovem, ou da minha bisavó, quando conseguiu alugar a sua própria casa nos fundos de um cortiço. Me encantava a riqueza de detalhes narrados de uma cidade que não conhecia. Das ruas de terra, bois que circulavam entre os transeuntes e os bondes.

O fato é que meus avós não tinham muitas fotos de seus antepassados e de experiências passadas. As fotografias eram caras. As poucas imagens que tinham, eram das excursões anuais que faziam para Aparecida do Norte/ SP. Eles sempre foram grandes devotos de Nossa Senhora Aparecida. Nunca soube se a adoração à santa vinha dela ser uma das poucas santas negras do catolicismo. Ou pelo fato de o catolicismo ser uma das religiões com maior domínio e expressividade no Brasil naquela época. A situação é que, a construção do passado deles, ou dos lugares que tiveram só foram possíveis através da oralidade e da memória de

momentos narradas por eles.

Houve um tempo em que meu avô começou a ficar doente, e não contava mais suas histórias. Recordo de pensar o que aconteceria se eu não tivesse tido a oportunidade de vivenciar aqueles momentos compartilhados por ele. Como seria a construção desse meu passado. As confissões, os ensinamentos, os segredos. Um dia, ele me convidou a sentar na mesa, e revelou baixinho que pensou em deixar minha avó para viver uma grande paixão. Mas abandonou a ideia quando em um encontro, a viu com seus longos cabelos e seu lindo sorriso. Ficamos nos olhando por um tempo depois da confissão, e em seguida caímos na risada. Os finais de nossas conversas eram sempre dessa forma, leves, e com muitas risadas.

Recordar é reviver cada momento. É compartilhar, é voltar a sentir o cheiro do café do momento da partilha. É existir e, ao mesmo tempo, fazer parte de um todo. Por mais que eu soubesse que essas memórias e experiências fizeram parte de uma lembrança pessoal que envolve a mim, e meu passado familiar, eu sempre comemorei o fato de poder acessá-las e poder compartilhar em sua inteireza, com a riqueza de detalhes que me foi compartilhada. Porém essa alegria não me ocorreu quando precisei acessar a memória coletiva relacionada a nós mulheres negras.

Durante minhas pesquisas para a construção da dissertação, e já pensando no recorte envolvendo a relação entre as jornalistas negras a partir de uma memória coletiva dentro da história brasileira, me deparei com mais silêncio. Como poderia haver silêncios em lugar de comunicação, e supostamente de muitas histórias, vivências, experiências?

O racismo confronta diariamente nossa existência, e tenta silenciar todas as nossas contribuições. Sílvia de Almeida, ao aprofundar a questão do racismo estrutural na sociedade brasileira, inicia o seu livro situando o leitor sobre uma penetrante, porém necessária afirmação: o racismo não é uma patologia que em determinado momento acomete um sujeito despercebido, o racismo é um “elemento que integra todas as estruturas de organização de uma sociedade seja política, econômica” (ALMEIDA, 2020). Em suma, o racismo fornece lógica e sentido para a reprodução de uma sociedade violenta que pretende valorizar uma raça em detrimento de outra. E para esse jogo existir é necessário que eles mantenham essa estrutura. O racismo não é apenas uma estrutura, ele é um pacto entre a branquitude para se manter operante na sociedade.

Estudar em escolas públicas, sempre possibilitou amizades das mais diversas etnias. Contudo, nestes espaços nunca encontrei dificuldade de encontrar colegas negras. Apesar das diferenças e particularidades que cada uma de nós carregamos em relação às nossas histórias, culturas e experiência, existia algo em comum que sempre compartilhamos durante nossos anos escolares. Esse algo se chamava racismo.

O racismo produz injustiças e gera desigualdades. Quando penso nos inúmeros atravessamentos que sofri em relação ao racismo na escola, recordo que ele estava presente em diversos momentos da minha vida. Ele estava nas aulas de educação física. Nos olhares dos professores. Na inspetora do pátio. Era só esperar que uma hora ele atingisse uma de nós. “Olha lá a menina do cabelo duro”. “Você não toma banho, sua preta?”, “Você não escova os seus dentes?”. As ofensas eram semelhantes em sua estupidez. Sempre empenhados em agredir, minar e implodir dúvidas em nós sobre os nossos corpos. Naquele momento, era um misto de dor e revolta por dentro, um sentimento de impotência.

Se tem uma coisa que uma criança preta sabe identificar desde pequena, é o racismo. Apesar de não entendermos o motivo, e até mesmo do que se trata de racismo, nós sabemos exatamente quando ele acontece com a gente. Não existe regra quanto à idade para iniciar os ataques contra nossos corpos. O silêncio, portanto, foi por muito tempo uma espécie de refúgio para minha existência, pensava que neste lugar talvez estivesse mais segura em um mundo que me agride por existir. E, se eu me calasse, será que eles me deixariam? Eu tentei por diversas vezes, mas posso dizer através da minha experiência, que os racistas não deixam de nos atacar se nos silenciarmos.

Na escola, eu temia expressar minhas emoções e agir de acordo com minha própria segurança. Ao contrário dos meus medos e minhas escolhas de sobrevivência, algumas meninas pretas deixavam transbordar seus sentimentos. Algumas choravam. Outras saíam na mão com os racistas. E, em resposta às suas atitudes, foram expulsas da escola. Era gozado como a escola não visualizava a violência proferida a nós. Mas tinha uma rapidez em punir as “negras violentas”. O recado me parecia claro: Aquele espaço não havia sido construído para oferecer acolhimento e afeto, para os corpos pretos. O racismo fazia efeito de algo

institucionalizado².

Essa dinâmica, dentro dos espaços escolares, como transcorre Nilma Lino Gomes em seu artigo etnográfico, parte de uma ideologia racial: “Existe uma ideologia racial presente no cotidiano escolar. Ela pode ser observada em frases aparentemente inocentes e tão presentes no imaginário e nas práticas educativas da nossa escola, como por exemplo: “Esta aluna é negra, mas é tão inteligente!”; “Eu pensava que a professora do meu filho fosse assim... mais clarinha!”; “A professora usa caneta preta porque é preta.” (GOMES, 1996, p. 69)”. E continua: “A escola não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora. A escola é um espaço sociocultural onde convivem os conflitos e as contradições. O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as.” (Idem, ibidem).

Victoria Santa Cruz, artista, mulher preta peruana, escreveu e interpretou em 1960 um poema de muita força que caminha de encontro às experiências da minha infância como uma criança preta, intitulado “Me gritaron negra” (1960). O poema corporifica o sentimento de dor e revolta quanto à violência do racismo, que é introduzido brevemente na vida de crianças pretas diaspóricas.

No poema, ela remonta através das memórias de sua infância, como ocorreu o sentimento de dor que invadiu seu corpo assim que vozes racistas lhe gritaram negra. O sentimento de impotência e negação voltados ao seu corpo no início do poema demonstra o significado do deslocamento do corpo colonizado, interpretado através de sua voz, baixa e desmotivada. E que logo dá espaço para o corpo descolonizado proposto através de uma potente e obstinada voz que grita contra qualquer violência que um dia ousou dizer as características de um corpo preto não eram merecedoras de elogios, e afeto. E então, finaliza afirmando lindamente “¡Negra soy! ”.

² Me refiro ao conceito de racismo institucional, de Grada Kilomba (2008), e do escritor Silvio Almeida (2020). O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas dentro das instituições, podendo ser educacional, mercado de trabalho, justiça criminal etc.

1.2 O silêncio chamado colonialismo e o entoar de nossas vozes.

Os discursos violentos produzidos sobre o corpo de mulheres negras, durante o período colonial de violência e escravidão, promoveram relações que estruturam a sociedade até hoje. Essa estrutura à qual me refiro, contribui profundamente para o silenciamento das mulheres negras. Grada Kilomba (2019), no seu livro *Memórias da plantaço: episódios de racismo cotidiano*, resgata o retrato da escrava Anastácia.

Anastácia é uma das figuras mais importantes da história feminina negra no Brasil. Os poucos relatos orais que se tem sobre sua história revelam uma mulher de uma bravura imensurável e de uma beleza estonteante. Nascida no século XVII, e escravizada desde a infância, teria sido condenada à mordça até o final de sua vida, por lutar contra o homem branco que a estuprou. A única comprovação da sua existência seria o retrato pintado no século XVIII por Jacques Etienne, em sua passagem pelo Brasil, já que historiadores não conseguiram encontrar nenhuma documentação de Anastácia.

O retrato, no entanto, ilustra parte do que foi a violência escravagista de dominação colonial no Brasil. Através dela conseguimos acessar os artefatos de tortura que foram utilizados para o processo de desumanização dos corpos negros. A máscara de ferro que recobre sua boca, chamada *flandres*, foi um artefato muito utilizado por escravizadores brancos por décadas. Com ela, homens e mulheres negras escravizados, que passavam longos períodos de trabalho nas colheitas de plantaço de cana de açúcar, ou de cacau, eram impedidos de se alimentar das plantaço. E, em ocasiões de trabalho nas mineraço, eram impedidos de comer pepitas de ouro, ou até mesmo ingerir terra para tirar a própria vida (MARQUES, 2013).

Figura 1 –A máscara do silenciamento.



Fonte: *Kilomba – Memórias da Plantação* (2019)

Pensando agora na máscara, em sua forma subjetiva, ela representa muito mais do que um objeto de dominação que mordaça uma boca faminta. Ela é o objeto que demonstra a representação do ideário colonial como um todo. Isso porque, através do artefato, conseguimos visualizar o desejo dos homens brancos quanto à implementação da mudez associada à boca dos negros escravizados. Pois, qual o significado da boca? Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2019, p. 172)

bell hooks relembra que o pensamento colonial sempre esteve ligado às práticas de torturas dos homens brancos aos homens e mulheres africanas: “A secções de tortura estavam ligadas à doutrinação, essa, que transformaria o africano livre, em um escravo. Experiências traumáticas e cruéis como açoites e estupros de crianças, mulheres e homens, eram práticas frequentes nos navios negreiros com a intenção de acabar com qualquer condição de dignidade humana” (HOOKS, 2020, p.43). Neste período, eram de costume torturas que envolvessem a desagregação do sujeito humano “com a eliminação de nomes, status, ou com a dispersão de grupos para que não houvesse uma língua comum, ou seja a retirada

de qualquer evidência de sua herança africana” (idem, 2020, p. 43).

Neste sentido, se pensarmos em corpos que foram limados de sua inteireza, a boca representa o processo de retomada, não só do seu corpo, como de seu passado, de sua história, apagados tortuosamente. É através da boca que conseguimos produzir o som. O som que dá lugar à voz, à oralidade. Esse instrumento que para o povo negro sempre fora um dos elementos mais importantes para a preservação de nossa história ancestral.

Usar a boca que tem espaço à voz, reivindica o seu direito à existência, produzindo a quebra do silêncio. A boca que fala dá lugar às palavras, à linguagem, essas que geram lembranças. Que não te deixam esquecer. A boca reproduz tudo o que eles homens brancos não queriam ouvir, portanto é necessário dominar esse lugar de fala, dando espaço para um lugar de tortura. “Pensando assim, teremos então uma máscara de “não-fala” (JOTA, 2015).

Com isso, o domínio da boca dos escravos, para os colonizadores, fez parte de um instrumento político. Com o silenciamento de suas bocas, eles construíram o mundo que desejavam para eles. Eles catequizaram, exploraram e censuraram, afastando de seus ouvidos os gritos das mulheres estupradas, das mulheres insolentes que não se calaram, e que confrontaram seus mais perversos interesses com os nossos corpos.

O passado colonial gerou certezas que pautaram a existência de mulheres negras até os dias de hoje. Se pensarmos na sociedade contemporânea, seguimos reproduzindo o mesmo sentido da herança colonial em relação ao silenciamento de mulheres negras. Se fizermos o exercício de reproduzir algumas perguntas voltadas a jornalistas negras, quantas de nós poderíamos falar como profissionais? O que acontece quando uma jornalista negra fala? E ainda mais, sobre quais assuntos as jornalistas negras poderiam falar?

A historiadora Marina Pereira Mello (2013), buscou fazer um resgate na história e encontrar as vozes de nós mulheres negras dentro do contexto da imprensa negra paulistana no artigo “O lugar da mulher na imprensa negra paulista (1915 -1924)”. Sua ideia era preencher essa lacuna na história que contempla os homens e invisibiliza a presença da mulher negra frente à construção da imprensa negra paulistana. Em sua observação, mesmo que fosse louvável o propósito do surgimento da imprensa negra paulistana, onde o objetivo central consistia em expor

as denúncias à exclusão social e abandono das autoridades políticas na integração da população negra, “o machismo e o racismo reinantes impediam que a realidade vivida por mulheres negras fosse relatada nestes jornais.” (MELLO, 2013).

Neste mesmo artigo, é possível encontrar através dos exemplares dos jornais *O Kosmos*, e *O Alfinete*, os frequentes atravessamentos que sofriam as mulheres negras, diante dos discursos civilizatórios impostos pelos homens negros redatores dos jornais. As ideias difundidas por esses homens através dos jornais partiam da construção de um ideário feminino. Diversas colunas traziam lembretes de comportamentos como: recato, pudor, silêncios, roupas adequadas e papéis circunscritos aos espaços de sua casa.

Do outro lado, percebemos a presença das mulheres dentro das agremiações, lugares que davam espaço para os jornais paulistanos. Mesmo que em cargos subjacentes, fazia-se de extrema importância, para o funcionamento do grêmio e o jornal, algumas das funções desempenhadas por mulheres negras. Elas eram diretoras de toalete, sindicância, ou participavam nas organizações de eventos oferecidos pela imprensa negra para arrecadação de verba.

Pensando nessa relação entre o homem e a mulher negra, me recordo de uma passagem feita por bell hooks em, “E eu não sou uma mulher?” (2020). Segundo a escritora, apesar do racismo não permitir uma conexão completa do homem negro com o homem branco, com base no sexismo compartilhado, essa conexão existe. O princípio da masculinidade em uma sociedade patriarcal permite um pensamento único relacionado ao poder, prestígio e privilégio do homem acima das mulheres (HOOKS, 2020).

Vale ressaltar que, apesar de encontrarmos um número maior de periódicos e pesquisas históricas da imprensa negra do século XX na capital paulista, essa perspectiva não reflete um pensamento único em relação à imprensa negra brasileira como um todo. Teremos registros de outros estados que iniciaram uma imprensa negra, como o jornal: *Raça* (1935), em Uberlândia/MG; *União* (1918), em Curitiba/PR; *Exemplo* (1892), em Porto Alegre/RS; *Alvorada*, em Pelotas/RS.

Os jornais do Nordeste brasileiro, mais especificamente os produzidos na região do Recife/PE, traziam aparentemente uma visão mais ativa quanto às necessidades das discussões das pautas relacionadas às mulheres negras. Neste cenário, podemos destacar os debates e reivindicações voltados à “situação das

mulheres negras”. Pautas como a folclorização das manifestações artísticas, culturais e religiosas negras e violência policial estavam presentes (QUEIROZ, 2011).

Neste mesmo período, encontrei algo que me despertou um largo sorriso. Bingo! Encontrei uma de nós escrevendo como redatora no jornal “O Clarim d’Alvorada” de 1935, e exercendo a função de redatora (PINTO, 1993). Uma mulher negra, escrevendo como redatora em uma redação majoritariamente masculina, em 1935. Sua presença, a meu ver, confirma que a nossa participação dentro desses espaços se demonstrava importante em muitos aspectos, inclusive em funções como jornalistas, como o caso descrito acima. Porém, mesmo contente, não consigo acessar a história dessa escritora. Ela surge como um número, e desaparece. Sem nome, sem referências.

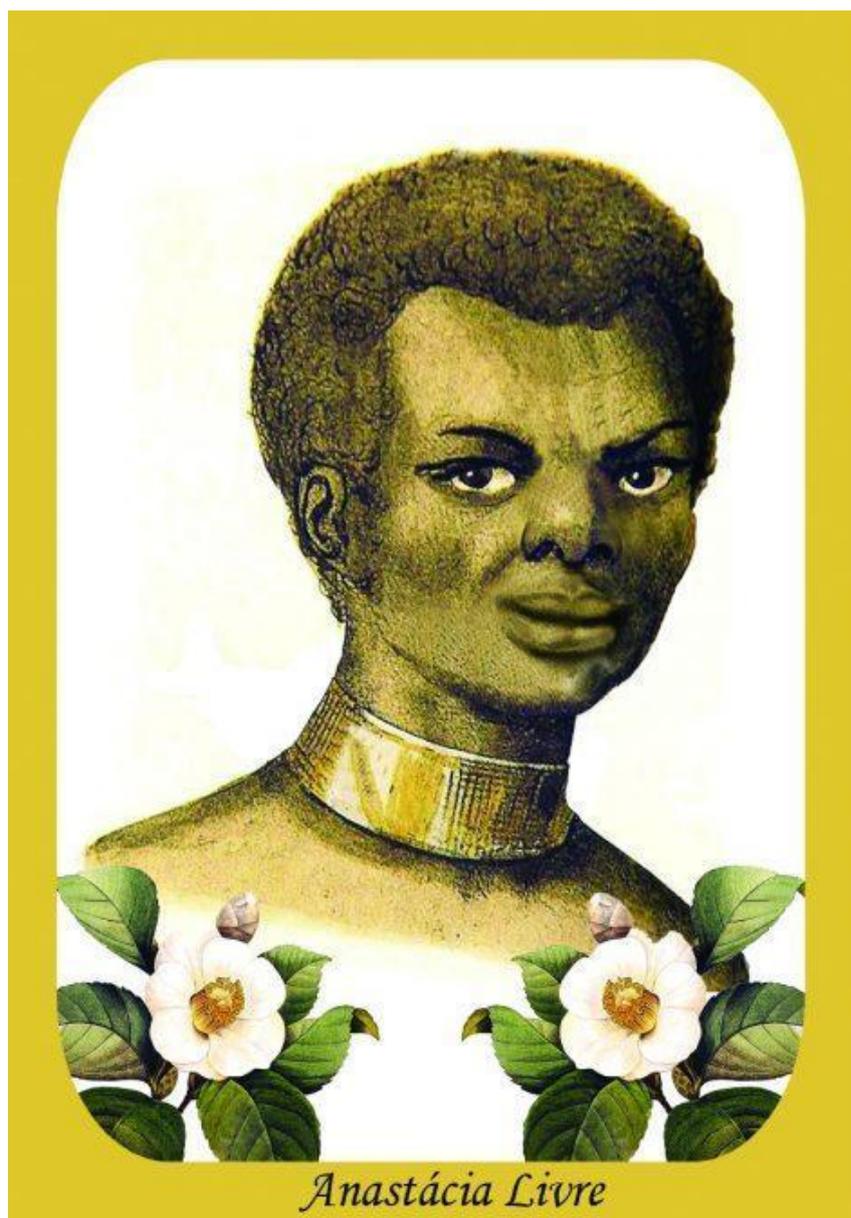
Novamente, a mesma barreira surge em função da estratégia de uma estrutura dominante, que produz o apagamento sistêmico de grupos historicamente violentados. Sempre imaginei que seria questão de tempo encontrar mulheres negras produzindo dentro das redações na imprensa negra do século XX. Mesmo que a história não se encerre neste momento, e mesmo acreditando que essa não foi a única mulher que trilhou este caminho, finalizo esse período contente com o entoar de nossas vozes.

Grada Kilomba consegue sintetizar perfeitamente meu sentimento quanto a história dessa jornalista negra que encontro e não consigo acessar. Na ocasião ela estava expondo na Bienal com sua mostra *While I Write*, em relação à escrita ela fala: “Eu estou incrustada numa história de silêncios impostos, de vozes torturadas, de línguas interrompidas por idiomas forçados e interrompidas falas. E eu estou rodeada por espaços brancos onde dificilmente eu posso adentrar e permanecer” (KILOMBA, 2018).

Acredito que não existe pedra que barre a força de um rio, quanto mais de um oceano de vozes torturadas e interrompidas que lutam para serem ouvidas. Nós sozinhas somos uma corrente de água e nos encontramos, nos tornamos fortes. Seguiremos dessa forma, coletivamente, arrastando pelo percurso quaisquer imposições que nos são postas. Continuaremos articulando e promovendo formas de existência, (re)existindo, contando nossas histórias e produzindo novas possibilidades e narrativas sobre nós mulheres negras.

Nossas vozes vêm de longe. “Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito-a voz liberta” (HOOKS, 2019^a, p.38). Essas palavras, agora de um sujeito livre gritam, Anastácia Livre!

Figura 2 Anastácia Livre, obra do artista visual Yhuri Cruz.



Fonte: página projeto afro, Yhuri Cruz. Acesso em: 20 maio. 2022

1.3 Telejornalismo brasileiro, corpo e representação.

Inaugurado no ano de 1950 pelo jornalista Maurício Loureiro Gama da TV Tupi, o telejornal “Imagens do dia”, chegou à sociedade com muita expectativa, porém, com pouca estrutura e planejamento. Aparelhos televisivos caros e falta de experiência dos profissionais que vieram do rádio, eram apenas alguns dos ingredientes para a pouca aceitação do telejornal no Brasil. No ano de sua inauguração, por exemplo, existiam apenas cem aparelhos televisivos em toda a cidade de São Paulo.

A linguagem transportada das rádios direto para o telejornal era outra barreira que enfrentavam os produtores dos noticiários. Frases longas, textos extensos, pouca imagem e atraso nas transmissões completavam a dificuldade de sua transmissão. Por isso, as rádios continuavam se tornando o veículo de informação mais rápido e mais próximo da realidade brasileira. Barbosa Lima, ao fazer uma análise do telejornal na época, disse que “todos os telejornais eram parecidos: uma cortina de fundo, uma mesa e uma cartela com o nome do patrocinador” (BARBOSA, LIMA, 1985, p. 9).

Ao contrário do telejornal, as programações de entretenimento com linguagem fácil, e quadros musicais, continuavam crescendo e caindo no gosto de seus telespectadores, momento em que os números de televisores também começaram a aumentar nas residências. Então, em 1960, as mudanças finalmente começavam a acontecer para o telejornalismo, mesmo ano que foi inaugurada a nova capital do país, Brasília. O avanço tecnológico e visual começava a se aprimorar se tornando presente nas programações dos noticiários. Com o aumento da audiência, novos patrocinadores começaram a investir cada vez mais nas emissoras.

Parte também dessas “mudanças” estavam relacionadas aos jornalistas, que começavam a migrar dos jornais impressos e a atuar como produtores do telejornal, o que facilitava a interação com os noticiários. Jorge Guilherme Rezende (1985) comenta que cronistas como Gilda Muller e Stanislaw Ponte Preta conseguiam dar o tom satírico sobre a realidade brasileira, o que agradava e dava outro conceito para as exibições do noticiário (REZENDE, 1985, p. 107). E nesse espaço de erros e acertos, e de profissionais até o momento, majoritariamente

brancos que migravam do jornal impresso para a televisão, iniciava-se a história de uma das maiores jornalistas brasileiras.

Glória Maria Matta da Silva nasceu em uma família muito pobre no bairro de Vila Isabel, na cidade do Rio de Janeiro. Todas as histórias da família que ela se recorda, eram passadas oralmente por sua avó, que fazia questão que ela se sentasse e ouvisse. O aprendizado fez com que ela entendesse o significado da escuta ativa (MARIA, 2022). E compreendendo que o papel do jornalista consiste em contar histórias no momento que ele acontece, o ensinamento passado por sua avó, possibilitou que Glória Maria se destacasse em sua profissão, essa, que considera que histórias boas podem vir de todos os lugares.

Glória Maria chegou à TV Globo em 1970, ou como ela descreveu em entrevista para o programa Roda Viva (2022): “A TV e eu começamos praticamente juntas” (MARIA, 2022). Formada em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), seu primeiro estágio foi na emissora Rede Globo. Seu acesso se deu após um convite feito por uma amiga chamada Tânia que já trabalhava na emissora como telefonista. Porém, o detalhe: o estágio não ofertava nenhuma remuneração.

Glória era uma menina pobre e sua condição financeira não propiciava um trabalho sem remuneração, porém, ela não teve dúvidas, sabia que precisava encarar o desafio e fazer o estágio. Para conseguir permanecer no estágio, Glória Maria conciliava os estudos com um segundo trabalho como telefonista na interurbano (MARIA, 2022). E segundo ela, como o talento era valorizado, não demorou muito para que a jornalista fosse contratada como repórter, porém agora, recebendo um salário.

Sua postura, irreverente e inovadora, refletiu em um caminho promissor na profissão, o que a tornou referência para mulheres jornalistas. Frente ao telejornalismo, ela desbravou muitos países, aventuras, foi do topo do Himalaia à cratera de um vulcão em um helicóptero. Sua primeira aparição como repórter ocorreu em 1971, no desabamento do Elevado Paulo de Frontin. Assumiu, em seguida, o jornal RJTV, telejornal da cidade do Rio de Janeiro como sua primeira âncora negra. Depois de lá, seguiu percorrendo caminhos de pioneirismo durante toda sua trajetória profissional.

A sua trajetória longínqua na profissão atravessa todas os períodos e transformações que ocorrem dentro do telejornalismo brasileiro. Entre esses, o de grande impacto na vida dos jornalistas brasileiros que foi a ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1984.

Glória Maria relembrou, em conversa com o apresentador Pedro Bial, que em uma das ocasiões, enquanto cobria as ações do governo, desagradou o então presidente Figueiredo: “O presidente pronunciou algo errado durante a coletiva, e eu o corrigi, alertando que aquela palavra não existia mais. A partir daquele momento, ele não aceitava minha presença em nenhuma das entrevistas. Passei todo o governo dele ouvindo, tira essa neguinha da Globo daqui” (MARIA, 2020).

Figura 3- Glória Maria: Queda do viaduto Paulo Frontin (1971).



Fonte: página memória, rede Globo. Acesso em: 06 abr. 2022

Racismo e censura foram algumas das diversas violências que sofreu Glória Maria no começo da sua profissão. Aliás, a jornalista foi a primeira a buscar a justiça contra o racismo através da Lei 1390/51, Afonso Arinos - primeira norma do país que considerava a discriminação racial contravenção penal, criada na década de 1950. A ação foi tomada, após um gerente impedir a entrada da jornalista dentro de um Hotel, “Negros não poderiam entrar” (MARIA, 2022).

Neste período, durante a ditadura militar, a imprensa brasileira produziu um enorme atraso no que diz respeito à imprensa. O golpe à democracia repercutiu negativamente, não só para os profissionais que atuavam na imprensa, que se viram perdidos com a notícia, como para algumas emissoras que tinham o telejornal em sua grade de programas. Todo o avanço e liberdade que começavam a despontar nos noticiários foram limados, assim como o fechamento daquelas que se opunham publicamente contra a ditadura.

Segundo a jornalista Jaciara Mello (2009), em seu artigo onde levanta o início do telejornalismo brasileiro. O momento depois da ditadura é marcado por diversos atravessamentos, entre eles, o período em que os jornalistas voltaram a ser substituídos por radialistas. Textos jornalísticos eram ensaiados, repassados e analisados, para que nada saísse fora das exigências militares. Palavras eram cerceadas, e os direitos dos cidadãos brasileiros, limitados.

Recebendo maiores investimentos em tecnologia, o jornalismo da Rede Globo começava a ditar padrões para todo o telejornalismo brasileiro. A exemplo do padrão americano de telejornalismo, as estruturas de textos eram decoradas e nenhum texto saía da programação do editor chefe. Apesar do Jornal Nacional da Rede Globo não ser o responsável do começo do telejornalismo, ele ficou marcado, ditando regras da forma com que se “fazia o jornalismo” com o conhecido “padrão Globo” (MELLO, 2009).

O jornalista Rezende, ao lembrar esse período relata que a padronização dos apresentadores dos telejornais, selecionados através de suas aparências, a estética dos apresentadores partia de uma estratégia para fidelizar o público feminino que assistia às novelas noturnas. Âncoras como Cid Moreira, com cabelos grisalhos e tom de voz marcantes, eram o tipo de padrão escolhido. Ainda segundo a jornalista, “Foi essa implacável marcação da ditadura que nos levou a esquecer da batalha do conteúdo e tentar descobrir os encantos da forma nesse veículo. Trabalhávamos em cima da técnica e da estética, deixando de lado, um pouco, a ética de fazer jornalismo.” (REZENDE, 1985, p. 120).

Já na década de 80, o telejornal de outras emissoras tentava se encontrar em meio à crise, e o término da censura. Buscando novas formas de se apresentar e

conquistar o público que estava desgostoso com a postura dos poucos jornais que permaneceram atuando, passaram por uma transição lenta, que era possível ser observada através dos programas de TV que havia na época.

Durante as programações, antes de cada programa, aparecia um certificado de classificação da Censura Federal. Neste certificado, era necessário constar o nome do diretor, e o nome do programa, assim como título original, ano de produção etc. Junto com o certificado, uma voz narrava: “censura dez anos” (KNEIPP, 2010).

Nessa mesma época se encerrava a TV tupi, a primeira emissora brasileira, após sofrer por perseguições no governo do general João Batista Figueiredo. Com o fim de algumas emissoras, outras surgiram, como o SBT- Sistema Brasileiro de Televisão, e a TV Manchete. Divididas em dois grupos, entre os empresários Sílvio Santos e Adolfo Bloch, as emissoras entraram no mercado e disputavam a audiência das classes C, D, E.

E neste jogo de cadeiras entre o poder de homens brancos, e disputas políticas que marcam as mudanças da imprensa brasileira, surgia mais um nome de grande referência para jornalistas negras: Dulcinéia Novaes Felizardo Ferreira, ou como ficou conhecida, Dulcinéia Novaes. Jornalista formada pela Universidade Estadual do Paraná, iniciou sua carreira como repórter na rede paranaense de comunicação em 1981 (NOVAES, 2022).

A presença da jornalista na TV, como repórter, soou como um vento de esperança para milhares de jovens meninas pretas que buscavam se reconhecer em espaços jornalísticos. Apesar de Glória Maria continuar trilhando sua trajetória e crescendo na emissora Rede Globo, ainda não se tinha conhecimento de outra jornalista negra que tivesse conseguido acessar esse espaço nos telejornais brasileiros.

Dulcinéia Novaes, nasceu na cidade de Martinópolis/SP, mas foi criada em Londrina/PR. E, por isso, sempre se considerou mais paranaense do que paulista. Isso porque o tempo e a trajetória se fizeram mais intensos na cidade. Ela teve a oportunidade de percorrer o estado do Paraná não só como jornalista, como também como professora universitária (NOVAES, 2022).

A sua infância se deu através das lutas de sua família simples, de trabalhadores. O seu pai trabalhava na Companhia de Força e Luz de São Paulo. Sua mãe era dona de casa. Seu pai conviveu pouco com a pequena Dulcinéia, já que faleceu quando ela ainda tinha três anos de idade. Sua mãe, uma pessoa com muita força e coragem, passou valores que marcam a postura da jornalista. O seu gosto por culinária e por costura vieram de sua mãe, que sempre levou a importância dos cuidados manuais. E, de seu pai, os cuidados com a casa, e habilidade para resolver problemas.

Como seu pai faleceu ainda quando era pequena, a mãe da Dulcinéia se casou novamente. E o seu padrasto, Paulo, teve um papel importante para que conseguisse iniciar seus estudos na faculdade de jornalismo. Ele a ajudou a pagar sua primeira parcela, que na época ainda não era gratuita, mesmo se tratando de uma Universidade Estadual, em Londrina/PR.

Durante a faculdade, no último semestre, ela relembra que foi chamada por um professor, para participar de um quadro chamado “a hora da verdade”. Neste dia, o professor a aconselhou a desistir da profissão, pois achava que ela não daria certo na profissão, por ser muito emotiva. Ela, porém, não deu ouvidos àquele professor e continuou seu percurso como jornalista (NOVAES, 2022).

Ela então se formou, se casou e engravidou de dois meninos. Entre as suas angústias como mulher e mãe durante sua trajetória na televisão, está o fato de ter que se ausentar por muito tempo para gravações, já que era repórter, e não sabia os horários que seria chamada para gravar as matérias, muito menos o tempo que passaria em outras cidades.

Apesar do suporte de seu marido e de funcionários que auxiliavam no cuidado dos seus filhos, ela não conseguia acompanhar a criação dos meninos, o que gerava nos meninos um ressentimento com a ausência da mãe. Porém mesmo sabendo da sua angústia e chateação de seus filhos, ela não conseguia ver outra forma de conciliar a maternidade e o trabalho. Por isso, continuou seu percurso se dividindo entre a maternidade e sua trajetória profissional.

Figura 4 - Dulcinéia Novaes: Primeira reportagem TV Globo, memorial rede Globo.



Fonte: página memória, rede Globo. Acesso em: 06 abr. 2022

Dulcinéia permaneceu como repórter no Paraná, na filial da rede Globo RPC, fazendo, quando solicitada, algumas participações na rede Globo/SP. Entre uma matéria e outra, foi selecionada para fazer uma entrevista de lançamento de um livro. E o autor, era ninguém menos que aquele professor que disse que ela não teria futuro no jornalismo. Depois do ocorrido, esse mesmo professor publicou uma nota se desculpando pela atitude tomada com a jornalista no passado.

Na sequência, uma terceira jornalista chegou dando força às outras duas jornalistas que já atuavam no telejornalismo: Zileide Silva, com seu teve sua participação marcada por diversas passagens importantes para o jornalismo brasileiro, principalmente na política. Desde a reportagem sobre a queda, no atentado terrorista, do World Trade Center, até ter sido a primeira jornalista negra a acompanhar uma comitiva presidencial (2006), com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Seu destaque como profissional é marcado por sua determinação e forte representação frente às câmeras.

Zileide Silva da Luz em entrevista para o memorial da emissora Rede Globo, relembrou sua trajetória. Nascida no dia 26 de outubro de 1958 na cidade de

São Paulo. Seu pai, mestre de obras, foi um dos diversos homens que chegou à Brasília para ajudar em sua construção. Sua mãe era dona de casa. Seu pai adorava ler matérias nos jornais, por isso tinha o costume de levar para casa jornais todos os dias. Mas neste momento, Zileide não pensava em se tornar jornalista, ela gostava mesmo era de matemática. (SILVA, 2021).

A escolha pela profissão aconteceu quando já adulta, e só depois de trancar a faculdade de Física na faculdade da PUC São Paulo. Pensando em se tornar escritora, ela então, se matriculou e se formou no curso de jornalismo na faculdade Cásper Líbero. Já formada, e com desejo em se aprimorar em sua profissão, ela decide se especializar em história pela USP. No mesmo momento começa a atuar como redatora em uma rádio de São Paulo, por isso, com a rotina puxada, ela acaba trancando sua matrícula na USP.

Em 1978, depois de passar por algumas rádios como Bandeirantes FM e Rádio Cultura, como redatora e locutora, entre outros projetos, surge uma oportunidade: trabalhar como repórter na TV Cultura. A proposta chegou com um misto de surpresa e medo. Ela não se via atuando em uma televisão, e com isso ficou em dúvida se encarava esse novo desafio em sua carreira. Mas naquele momento só havia dois caminhos para a jornalista: ou passava no teste, ou ficava desempregada. E para alegria geral, ela passou, e levou para a editoria geral toda a experiência que adquirira nas rádios em que trabalhou.

Assim como o telejornal, a vida da jornalista é marcada por momentos políticos brasileiros. Isso porque foi logo depois da eleição de Fernando Collor para presidente, em 1989, que foi convidada para cobrir a economia do País para o TJ Brasil, do SBT. Seu maior desafio estava em conseguir levar aquelas informações de forma simplificada para a população. Ela relatou em entrevista para o memorial da rede Globo, que para ela, sempre foi importante levar uma linguagem compreensível para a população.

Zileide foi contratada pela rede Globo em 1997, para continuar cobrindo as pautas políticas de Brasília na área da economia, principalmente para o Jornal Nacional. Mas na emissora alçou grandes voos, sendo inclusive correspondente de Nova York, no ano 2000, e cobrindo as eleições do então presidente estadunidense,

George W. Bush.

Figura 5- Zileide silva: Apresentando sua primeira matéria na Rede Globo, Memorial Rede Globo.



Fonte: página memória, rede Globo. Acesso em: 06 abr. 2022

Dulcinéia em Londrina/PR, Glória Maria no Rio de Janeiro/RJ, Zileide Silva/RJ apenas jornalistas negras estavam até o momento, sendo vistas nos noticiários dentro da TV aberta. E o cenário televisivo não esboçava nenhum anseio por mudanças. Neste período, apesar da presença das jornalistas, não era possível dizer que elas conseguiam levar nas matérias suas perspectivas e experiências como mulheres negras. Suas vozes se apresentavam naquele momento como instrumentos para matérias dirigidas por outros homens brancos, que dominavam as posições de poder dentro das emissoras.

O jornalismo como espaço de poder provoca uma visível disputa de narrativas, onde quem ocupa o topo continua agindo em interesse de uma classe dominante. Diante disso, perpetuar o discurso de homens brancos, sempre foi mais interessante politicamente, do que as narrativas realizadas por outras perspectivas, como, por exemplo, de mulheres negras. E somente a presença dessas jornalistas dentro das emissoras não fazia com que o racismo acabasse na sociedade, ou que blindasse ao menos as próprias jornalistas. Sobre isso, a jornalista Glória Maria, uma vez questionada sobre o racismo, garantiu: "Não há nada que faça uma pessoa

preta ser blindada do racismo no Brasil. (MARIA, 2022).

Entretanto podemos dizer que esse cenário começa a esboçar uma mudança significativa na década de 80, quando se intensificam as mobilizações da retomada civil no Brasil, principalmente à luta de mulheres negras. Lélia Gonzalez, a respeito desse período, lembrou que antes mesmos das organizações do movimento de mulheres negras se formarem, ainda no início dos encontros do Movimento Negro Unificado (MNU), eram feitas reuniões em que se discutiriam pautas em relação ao que sairia nos noticiários sobre a discriminação racial. Diversos grupos de mulheres negras surgem na sequência como: Instituto da mulher negra (Geledés) de Sueli Carneiro, Luiza Mahin, Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, Mãe Andresa, entre outros, em todos os estados brasileiros.

[...] é no Movimento Negro que se encontra o espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo e suas práticas e de suas articulações com a exploração de classe. Por outro lado, o Movimento Feminista ou de Mulheres, que tem suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca, geralmente “se esquece” da questão racial [...]. E esse tipo de ato falho, a nosso ver, tem raízes históricas e culturais profundas. (Gonzalez, 1985, p. 100).

Através dos tensionamentos dos movimentos negros, que começamos a observar um coletivo das questões raciais no jornalismo, não só para a sociedade, quanto para as próprias mulheres negras, que começam a reconhecer-se, entendendo a importância da estética e de sua presença dentro do jornalismo. Essas pressões resultaram em uma maior conscientização sobre a necessidade de representação das minorias étnicas e raciais, além de uma crescente demanda por jornalistas negros nas redações.

Glória Maria, Dulcinéia de Novaes e Zileide Silva. Essas mulheres foram precursoras do jornalismo, com suas competências e desempenhos profissionais. E mesmo que esses jornalistas estivessem em um ambiente indisponível para levar suas perspectivas raciais e sociais, todas elas foram importantes para a representação da mulher negra frente às câmeras da TV brasileira. A força dessas mulheres, e a movimentação dos coletivos, contribuíram para o desenvolvimento de uma nova geração de jornalistas negras que lutaram e continuam lutando para se

tornarem líderes e influenciadoras nos meios de comunicação.

A geração seguinte, de jornalistas como Joyce Ribeiro, Maria Júlia Coutinho, Luciana Barreto, citaram a importância de tê-las como referências em suas trajetórias. Cada uma dentro de sua perspectiva, disseram que as jornalistas produziram uma nova forma de encarar o jornalismo, impulsionando seus sonhos para que pudessem se tornarem jornalistas. Através de suas presenças, pavimentaram caminhos, e possibilitaram a realização do sonho de outras meninas negras.

1.4 Jornalistas negras: reconstruindo os encontros

“E nos lugares em que as palavras das mulheres clamam para serem ouvidas cada um de nós devemos reconhecer a nossa responsabilidade de buscar essas palavras, de lê-las, de compartilhá-las e de analisar a pertinência delas na nossa vida” (LORDE, p.55, 2020).

Figura 6- Joyce Ribeiro, Maria Júlia Coutinho e Luciana Barreto: Revista Raça.



Fonte: página web archive. Acesso em: 20 abr. 2022

Uma semana antes do meu primeiro encontro presencial com Joyce Ribeiro e Luciana Barreto, encontrei essa capa da revista Raça nas redes sociais de ambas as jornalistas. Um encontro antigo das três jornalistas que, hoje, fazem parte

das principais mudanças em relação à diversidade no telejornalismo brasileiro. Essa revista foi para elas, um divisor de águas em suas profissões. Existe, segundo palavras das jornalistas, um “antes” e “depois” da revista Raça em suas vidas, como declarou a jornalista Maria Júlia Coutinho em entrevista ao podcast Vidas Negras (2021).

Isso porque a revista Raça desempenhou um papel primordial para o entendimento das relações raciais no Brasil, e o mercado de beleza. Não havia revistas até então que trabalhassem com referências negras e o enaltecimento da beleza negra. O mercado de beleza brasileiro estava afundado no racismo, e nos conceitos preestabelecidos da beleza europeia. Com isso, desconsiderou haver um interesse de mais da metade da população brasileira pela beleza negra.

Portanto, a revista mostra, o que eu aliás comentei na apresentação da Revista, o potencial semântico, e político, da noção de raça. Seja lá qual for o referente, raça permite, para o bem e para o mal, uma chamada identitária. Raça Brasil lida com isto: atribui qualidades à raça e põe em alta circulação uma redefinição dos valores atribuídos aos negros no Brasil. (KOFES, 2010, p. 299).

Nesse processo de reafirmação de suas identidades, de construção e de reconhecimento como mulheres negras, elas passaram a fortalecer essas afirmações dentro dos espaços jornalísticos. Maria Julia Coutinho, relatou para o Podcast Vozes Negras, com o tema Imprensa Negra (2021), que foi neste momento que voltou a usar tranças, e seu cabelo crespo. Através da revista, ela percebeu que precisava voltar a deixar seu cabelo crespo crescer e voltar “às suas origens”. Isso porque ela sempre usou seu cabelo crespo quando criança e adolescente. Porém, quando começou a atuar no telejornalismo alisava o seu cabelo, por acreditar ser melhor, e, por ter poucas referências no jornalismo de mulheres com cabelo crespo.

A jornalista Luciana Barreto, disse em entrevista para essa dissertação, que foi através da revista que percebeu o quão longe já tinha chegado em sua carreira. Apesar de ainda nova, estar na revista simbolizava uma vitória para muitas meninas e mulheres negras. Joyce se emociona ao lembrar de sua história, depois de fazer parte da edição da Revista Raça. No decorrer desse texto, vou tratar da trajetória de cada uma das três, inclusive depois de fazerem a capa da revista. Mas,

para começar os caminhos dos encontros: Joyce Ribeiro.

Cheguei em São Paulo/SP para realizar minha primeira conversa de pesquisa. O encontro ocorreu durante a participação da jornalista no evento da revista Raça Brasil Diverso – evento mundial de equidade racial (2019). Assim que cheguei, Joyce estava posicionada no palco, mediando uma mesa de debate que discutia a diversidade dentro das empresas brasileiras. Sua presença era marcante. Sua fala é eloquente. O envolvimento com o tema era inevitável, tornando o ambiente propício para o debate, lições e aprendizados. Em outras palavras, seu profissionalismo era incontestável.

Quando encerrou sua participação e desceu do palco, foram poucas as vezes que presenciei Joyce sozinha. Em sua volta, sempre surgiam algumas mulheres negras com um brilho nos olhos agradecendo a jornalista por sua representatividade frente ao telejornalismo. Muitas delas choravam ao lembrar que persistiram no jornalismo inspiradas em sua trajetória. Eu estava entre essas mulheres.

Havia um sentimento muito forte que me tomava naquele momento. Sentia a emoção de realizar um encontro muito significativo para o momento da minha carreira. E entendia também que não se tratava apenas da minha trajetória, estava escrevendo uma dissertação que abarcava outras jornalistas pretas que, como eu, esperavam entender o processo de inserção de um corpo preto no telejornalismo.

Foi dessa forma, entre pausas para fotos e autógrafos, que me aproximei. Sua atenção, que agora estava voltada para mim, se transformou em um aperto de mão e um largo sorriso. Neste momento, agradei imensamente o tempo que me concedeu para ouvir sobre a minha dissertação. Atenta às minhas palavras, Joyce agradeceu e respondeu ao meu pedido. “É importante ter as nossas histórias narradas dentro das universidades. Eu adoraria ouvir mais sobre seu projeto, vamos conversar sobre sua dissertação.” (RIBEIRO,2021).

Terminei o evento extasiada e motivada. Acabava de receber uma resposta positiva de um projeto no qual me aprofundava há meses. Desde o começo da minha pesquisa, essa era uma dúvida que rondava, se seria possível sua participação. Sabia que se tratava de uma jornalista com agenda bastante movimentada, e que talvez não encontrasse tempo necessário para um novo projeto. Contudo, sua primeira resposta desconstruiu essa minha ideia. Soube

naquele momento que em breve estaríamos juntas produzindo uma nova perspectiva sobre nossas histórias dentro da universidade. E assim aconteceu.

Depois de todas as trocas de e-mails e mensagens, marcamos a data da nossa primeira entrevista, que aconteceria no estúdio da TV Cultura. O bate papo aconteceria após o encerramento de suas gravações do jornal matinal que apresentava na emissora do SBT. Porém, semanas antes do nosso encontro chegava ao Brasil uma das mais devastadoras pandemias mundiais da atualidade. Começamos a receber os primeiros casos de contaminados por um vírus altamente transmissível e letal, que mudaria drasticamente as formas de afetos e encontros.

O coronavírus (Covid-19) exigiu que os encontros presenciais fossem repensados. A forma de nos comunicarmos, reavaliadas. Fiquei perdida. Ficamos perdidos. Não havia até então vivenciado uma dor que repercutisse em um luto tão grande quanto foi esse período de perdas e mortes diárias.

Eu mesmo tive que continuar trabalhando no hospital. Amigos meus morreram, e eu trabalhava pensando que a qualquer momento poderia me contaminar com o vírus, e levar para a minha casa onde estavam meus filhos. O vírus não escolhia suas vítimas, de alguma forma, o mundo arraigado nos princípios capitalistas de cobrança e destruição exigia que seguíssemos em frente. Era sua vida, em troca do sustento. Não existiu aprendizado com a dor como o mundo acreditou que teria. Parte disso aconteceu porque “estávamos consumindo a terra, e a terra em resposta estava nos consumindo” (KRENAK, 2021).

As videochamadas permitiram que continuássemos produzindo, mesmo de dentro de nossas casas. Dessa forma, me re programei para que os encontros posteriores ocorressem através de videochamadas. Joyce Ribeiro me deixou muito à vontade quanto às perguntas que seriam feitas durante a entrevista. Foram três dias entre vídeos, trocas de mensagens e diálogo.

Sua simpatia e complacência deixavam a conversa confortável para fluir com leveza. Trocamos fotos, experiências, esperanças e sonhos. Na prática, ela me mostrou como era o “lado de lá”, como âncora de um telejornal. E eu pude lhe mostrar como estava o “lado de cá”, como uma pesquisadora e jornalista no “começo” de uma trajetória.

Com suas palavras, me encontrei diversas vezes em suas dúvidas e em suas experiências. Sabia o que ela estava dizendo, mesmo não tendo frequentado

os mesmos lugares. Como, por exemplo, sabia exatamente o que ela queria dizer quando lembrou que durante a faculdade se sentiu por vezes sozinha e muito mais testada do que outros alunos brancos do mesmo curso de jornalismo. Havia similaridades enquanto mulheres negras que partilhamos do mesmo mundo racista e desigual. Contudo, sua trajetória parte de um lugar específico de experiência, e mesmo com o ambiente propício, notava que havia uma certa prudência em falar “abertamente” sobre alguns temas abordados. Principalmente aqueles relacionados às emissoras de TV.

Essa “prudência” à qual me refiro foi algo muito presente durante minhas conversas com as jornalistas que partilharam de suas experiências para essa dissertação. Joyce Ribeiro, Luciana Barreto e Maria Júlia Coutinho são jornalistas em plena atividade, e em ascensão. Todas trabalhando para grandes emissoras nacionais, sendo referências como jornalistas negras. Elas sabem o peso que carregam suas palavras. O peso de suas palavras não está atrelado apenas ao fato de serem personalidades públicas em evidência. Elas vêm o conjunto de opressões relacionadas ao racismo e machismo que aprofundam os problemas em nossas falas. Quando nós mulheres negras ocupamos cargos de evidência e visibilidade, somos vistas como corpos “fora do lugar” (KILOMBA, 2019).

Os corpos de mulheres pretas como âncoras do telejornalismo confrontam a lógica colonial racista que relega nossos corpos a lugares mais baixos da hierarquia de classes. Eles, enquanto homens e mulheres brancas em posições de autoridade e comando, precisam de provas constantes quanto à nossa aptidão para ocuparmos esses espaços preestabelecidos aos corpos brancos. Existe, portanto, uma estrutura de dominação que busca advertir e afastar corpos de mulheres negras destes lugares. Visível, na pouca quantidade de jornalistas negras que ainda conseguem acessar esses espaços.

Estamos lidando com uma estratégia de exceções. Existir poucas jornalistas negras como âncoras remete a uma responsabilidade maior para aquelas que chegaram neste lugar. O peso é maior, o trabalho é triplicado, precisam atender demandas de excelência muitas vezes inalcançáveis. Parte da consequência dessa sistemática de dominação reflete-se em diversas situações, como o agravamento dos problemas de saúde mental, ou até mesmo o medo que carregamos em nossas falas.

Enfatizar os paradigmas de dominação ajuda a buscar um caminho menos pesado para as jornalistas, já que ele é estratégico dentro de uma estrutura racista e opressora. O medo silencia, e te direciona para um lugar de conforto para eles. O medo tem muitas facetas, porém neste lugar ele representa um problema maior relacionado a raça e classe, como explica bell Hooks: “Muitas pessoas negras são criadas para acreditar que há muitas coisas sobre as quais não se deve falar, nem privado nem público” (HOOKS, 2019a, p.224).

Eu mesma já senti muito medo. Pagava para não falar. Quando falava, usava o tom de voz baixo para dar tempo de dizer que foi engano. Sempre fui alertada na minha família sobre “tomar cuidado com as palavras”. Mas não era aquele pedido de cuidado de vó. Existia, claro, o desejo da dominação de minhas palavras, mas existia também medo em sua fala. Ela foi ensinada a acreditar que deveríamos escutar mais do que falar, nos silenciar. Ela, mulher preta, que desde os seis anos de idade trabalhou na casa de família branca e rica, carrega consigo seus traumas. Quanto será que ela não teve que escutar em silêncio. Se calar para não perder. Tinha muita coisa naquele momento em jogo, seu emprego, sua comida, sua casa.

Para descrever essa problemática, podemos relembrar o caso da jornalista Maria Júlia Coutinho. Assim que assumiu a bancada como âncora do Jornal Hoje da Rede Globo (2019), a jornalista teve suas falas analisadas, e os erros gramaticais contabilizados por seus colegas de profissão. Em seguida, vieram as críticas pesadas por parte da imprensa nacional e sociedade.

Essas ações surgiam para confrontar sua competência, e questionar sua permanência frente ao telejornal. Não existiu histórico, até então, de nenhuma jornalista branca que tenha passado por uma situação semelhante. Esse episódio me faz relembrar as palavras da Grada Kilomba, quanto à sua experiência como única aluna negra de uma importante universidade alemã. Sua presença é marcada como diferente: o incompetente, que está fora do seu lugar (KILOMBA, 2019).

Joyce Ribeiro também teve problemas quando esteve à frente do jornal do SBT. Apesar de atuar por dez anos na emissora, sua competência e profissionalismo foram questionados publicamente após dividir a bancada com um novo apresentador. O colega de bancada chegou a dizer em entrevista ao jornal TV Fama, que a jornalista “não servia para estar à frente de um jornal de debate”.

Segundo ele, “ela não dava audiência” (FRANDOLOSO, 2006).

Apesar de sua carreira ter um longo histórico profissional, e nessa altura, exercendo o cargo como âncora, acredito que ela não precisaria afirmar sua aptidão para um colega de profissão. Porém, apesar de suas competências, após o episódio Joyce foi desligada do SBT.

A exigência desigual praticada pelo poder do grupo dominante para mulheres negras frente ao telejornalismo expõe a intensidade do ódio direcionado à mulher e ao corpo da mulher. Esse tratamento é consequência direta de comportamentos racistas e misóginos introduzidos através das estruturas ainda perpetuadas na sociedade.

Com relação a desvalorização do trabalho, Sueli Carneiro diz que o racismo e sexismo produziram formas de marginalizar e desacreditar o papel da mulher negra. Diante o contexto histórico que nos colocou em posições inferiores e não remuneradas, colaborando para a exploração e exclusão social (CARNEIRO, 2019).

Na mesma situação, Luciana Barreto disse que uma de suas maiores dores foi quando percebeu que estava sendo forçada, em determinado momento da sua trajetória, a desempenhar apenas aquela “representatividade muda”. (BARRETO, 2022). Segundo a jornalista, a representatividade muda é aquela em que mesmo ocupando o lugar na bancada como âncora, você é impedida de levar sua perspectiva e experiência para o jornalismo. “Não conseguia desempenhar esse papel por muito tempo, sempre acreditei que devemos mudar essa perspectiva, levar uma visão mais sensível à realidade brasileira”.

Em sua busca por diversidade, e posicionamento, enfrentou problemas para ser contratada em emissoras. Eles diziam que eu não servia, que era ‘militante demais’ (BARRETO, 2022). A respeito das vozes de mulheres negras, Audre Lorde descreve uma importante passagem em seu poema “A Litany for Survival” (1996).

E quando falamos temos medo de nossas palavras não serem ouvidas, nem bem-vindas. Mas quando estamos em silêncio ainda assim temos medo. É melhor falar então lembrando, sobreviver nunca foi nosso destino. (LORDE, 1996)

Apesar das inúmeras barreiras, e de confrontarem diariamente seus medos, elas continuam falando e se expressando, e acreditando em possibilidades

de mudança dentro do jornalismo hegemônico. Joyce mencionou com muita alegria durante nossa conversa o letramento racial de suas sobrinhas: “Minhas sobrinhas, já questionam e sabem muito mais do que eu sabia na idade delas, elas não vieram para aceitar o mundo como ele está. E eu acho que o caminho é esse”. (RIBEIRO, 2021).

Patrícia Hill Collins relembrou certa vez, parafraseando Alice Walker, que “Um povo não descarta seus gênios” e, “se vier a descartá-los, é nosso dever, como artistas, acadêmicas e pessoas que dão testemunho ao futuro, recuperá-los para o bem de nossos filhos e filhas [...], osso por osso, se for preciso” (Collins, 2019, p.6).

Não estamos dispostas a descartar nossas mulheres geniais. Sentimos diariamente a força do significado da palavra encontrar/aquilombar. Aquilombamos, e produzimos juntas lugares possíveis para a nossa existência como jornalistas negras. Os quilombos sempre foram uma das maiores ferramentas de resistência do povo preto.

Era no quilombo que surgia esperança de renascimento diante a violência imposta pela escravidão. Propor aquilombarmos na atualidade é pensar na estratégia para se recriar novas tessituras. Pensando no acolhimento dos seus. Dando sustento, alimento e respiro para seguir em frente. Assim como sugere Conceição Evaristo, “Sempre é tempo de nos aquilombar (2019)”. E assim seguimos, em busca de melhores caminhos para nós e para o jornalismo.

2- JOYCE RIBEIRO: CONHECENDO SUA TRAJETÓRIA JORNALÍSTICA:

Neste capítulo busco fazer uma breve biografia da jornalista Joyce Ribeiro, para conseguirmos entender, através de suas vivências, assuntos relacionados às mulheres negras que ocupam espaços de poder como o telejornalismo. Sua trajetória fornece para essa pesquisa material para pensarmos aspectos como a representatividade e como o racismo afeta nossos corpos dentro dos meios de comunicação.

2.1 Infância: família, fortalecimento e sonhos.

Joyce Ribeiro é filha mais velha de Mercedes Rodrigues, costureira,

formada em biologia e modelagem. Seu pai, Nilton Ribeiro, é empresário independente do setor artístico-fonográfico. Sua mãe nasceu na cidade de Bauru, a cerca de 170 quilômetros de São Paulo. E sua história está longe de começar neste momento. Para entendermos melhor a história da Joyce Ribeiro, vamos voltar um pouco mais no tempo, e começarmos pela história da sua avó, dona Hilda Rodrigues.

Hilda nasceu em uma família pobre na cidade de Bauru/SP. Lá se formou, concluindo o magistério na década de 1960. Esse caminho, e a possibilidade de acessar os estudos, permitiu que ministrasse aulas do primário em uma escola particular da cidade. Hilda foi a primeira mulher a concluir os estudos até o magistério na família. O pioneirismo dessa mulher proporcionou mudanças significativas que viriam a ser sentidas até as próximas gerações em sua família. Isso porque o trabalho na escola permitiu que suas filhas tivessem acesso ao ensino superior através de bolsas de estudos.

Mercedes Rodrigues, mãe de Joyce Ribeiro, foi uma das filhas que estudou, através da bolsa de estudos. Com ela, cursou o ensino superior em biologia, se formando em 1977. Só para se ter uma ideia, neste período pouquíssimos alunos negros tinham a oportunidade de cursar um ensino superior no Brasil. Estamos falando do Brasil em 1977, ou seja, não tínhamos políticas públicas de inclusão de pobres, ou negros, ao ensino superior público ou privado. O acesso à faculdade de pessoas pobres, negras ou indígenas era extremamente dificultoso, para não se dizer impossível.

E entre desafios, vitórias e possibilidade de acesso à faculdade, a família Rodrigues caminhou para novos trajetos de pioneirismos. As irmãs de Hilda Rodrigues, depois de formadas, se tornaram professoras e passam a dar aulas de biologia no ensino básico. Já Mercedes, sua mãe, se casou com Nilton Ribeiro no mesmo ano, e com o casamento, ela acabou não exercendo sua profissão como bióloga. Com isso, ela passou a se dedicar aos cuidados da casa e de seus filhos. E, no tempo vago, passava desenhando, e fazendo costura, não só para a sua casa, como também para ajudar no orçamento da família.

Joyce Ribeiro é a filha mais velha dos três irmãos, e nasceu na cidade de São Paulo, no dia 24 de junho de 1978. Sua infância é marcada por diversos sentimentos, mas é notável em suas falas que o amor está muito presente dentro da

sua relação familiar. Seus olhos marejados toda vez que falava da sua família refletem esse sentimento de carinho e cuidado que sentiu durante a sua infância. Não à toa, foi neste ambiente que, quando tinha treze anos, entre brincadeiras e preocupações escolares sonhou em trabalhar na televisão.

E mesmo com exemplos de pioneiros presentes na sua família, assistir aos programas da TV brasileira fazia Joyce acreditar que não seria possível, como ela relembra:

Eu cresci nos anos 80, e tudo que eu via em relação ao sucesso era branco, tinha cabelo loiro, liso, na TV. E eu queria fazer televisão quando era adolescente, e como você vai achar que é possível se você não vê ninguém igual você? Então, ver essas mulheres, Zileide Silva, Dulcinéia Novaes, Glória Maria, mulheres competentes que certamente enfrentaram dificuldade e possibilitaram que eu fizesse o que eu faço hoje [...] elas enfrentaram coisas, que eu posso imaginar, a grandiosidade do problema, o tamanho do problema que elas enfrentaram, que certamente foram maiores do que eu enfrentei, que serão menores do que outras mulheres negras vão enfrentar daqui para frente. [...] Então ter essas mulheres abrindo portas foi fundamental, porque se elas não tivessem existido, eu certamente teria sucumbido e acreditado que não seria possível, porque eu não via, não via ninguém, então eu pensava é óbvio que eu não vou tentar porque não é possível” (RIBEIRO, 2021).

Quando estava pronta para definir sua profissão, cogitou seguir outro destino sem que fosse o jornalismo. Primeiro que tinha dúvidas se conseguiria passar em uma universidade pública, e segundo não tinha tanta certeza sobre conseguir trabalhar na área.

Ribeiro passou mais um ano fazendo cursinho para prestar as provas para os vestibulares. Mesmo com o apoio familiar, acreditava que cursar ensino superior em uma universidade pública, não era para pessoas como ela. Menina negra e estudante de escola pública. “Não era uma ideia que se construía dentro das escolas públicas, ninguém falava em fazer faculdade, parecia uma realidade distante para mim”. (RIBEIRO, 2021).

Sua fala aponta uma realidade vivenciada por grande parte da população negra e pobre brasileira. Não bastasse a situação em que nós, negros e negras

sofremos em diversos setores da vida social, convivendo com as piores entregas de políticas públicas na sociedade. O racismo constrói em nós, uma dinâmica de descredibilização sobre nossa capacidade, reforçando a ideia que aquele espaço universitário não nos pertence. Existem interesses coletivos da branquitude para que nos mantenhamos longe do espaço acadêmico. Precisam de nós, para trabalhar para eles, e não para pensar e ocupar os espaços para além deles.

O racismo, portanto, fez que Joyce Ribeiro acreditasse que não seria possível concorrer a uma vaga na universidade pública. Mas sua luta não permitiu que desistisse de seus sonhos. Neste momento, notando a indecisão da filha, Hilda decidiu a chamar para conversar, e passou uma difícil lição que aprendeu através de suas escolhas. Ela pediu que a filha tivesse liberdade para escolher a profissão que quisesse, mas que exercesse a profissão escolhida, que fosse à frente com sua profissão, nunca dependendo de outra pessoa para se manter financeiramente. “Você deve seguir seu caminho, tendo sempre à frente sua própria profissão”. Esse conselho repercutiu profundamente em suas escolhas.

Nessa altura, e diante do cenário, ela não tinha tanta certeza de que conseguiria espaço no jornalismo. E para ter uma profissão que fosse levada à frente, assim como aconselhou sua mãe, ela imaginou que seria mais promissor optar por uma carreira como advogada. “Eu não sabia se iria conseguir atuar como jornalista, pensava como seria conseguir um emprego na área” (RIBEIRO, 2021). E novamente o racismo, é uma estrutura social que renega nossos corpos em espaço de poder, produz um sentimento de impotência em nossas escolhas, produzindo barreiras significativas para nossa chegada até eles.

Silvio de Almeida diz que: “O racismo constitui um complexo imaginário que o tempo todo é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural, e sistema de educação” (ALMEIDA, 2021, p.65). Neste sentido, por mais que ela acreditasse em seus sonhos, existia, e ainda existe um sistema implementado dentro dos espaços que ela buscava acessar fornecendo lógica aos seus medos e receios.

Eles estavam presentes desde a ausência de mulheres negras nas representações das profissões, quanto na estrutura de educação, que não constrói essas possibilidades com os jovens de escolas públicas. Neste sentido, Araújo e Souza explica que: “A produção televisiva contribuiu com um elogio permanente às

características estéticas do segmento euro-descendente, reafirmando uma espécie de vitória simbólica da ideologia do branqueamento.” (ARAÚJO, SOUZA, 2015 p.8).

Diante de todo esse emaranhado de sentimentos e com toda a estrutura racista que desmantela os sonhos dos jovens negros, ela decidiu que seguiria em frente e buscaria seu lugar no jornalismo. Com isso, Joyce retorna em sua primeira opção e, se inscreve no curso de jornalismo da FIAM (Faculdades Metropolitanas Unidas). Joyce passa na faculdade e começa então uma nova jornada.

Enquanto estudava pela manhã, ela começou a procurar estágio durante a tarde. Com a ajuda de seus familiares, ela não precisou se preocupar em trabalhar durante sua permanência na faculdade. Sua realidade, no entanto, não corresponde à realidade da maioria da população negra brasileira.

Segundo a jornalista Yasmin Santos, que mapeou em seu TCC, o perfil 47 jornalistas negros de veículos impressos de quatro regiões do país (nordeste, centro-oeste, sudeste e sul). A situação financeira ainda é um dos problemas que mais ocasionam desistências e trancamentos de matrícula nas universidades. Isso porque muitos desses alunos não conseguem se manter apenas com o salário de seus familiares. Eles precisam trabalhar durante a graduação para se sustentar, e auxiliar suas famílias, ou seja, o fator econômico e a falta de políticas públicas ocasionam em grande parte as desistências (SANTOS, 2019).

No meu caso não foi diferente. Mas inclui uma outra violência que tange nós mulheres: o mercado de trabalho e o preconceito com a maternidade. Eu engravidei durante a minha graduação, e apesar do suporte familiar que encontrei para voltar a estudar, não conseguia estagiar ou trabalhar em nenhuma das vagas que tinham no mercado.

O frustrante era perceber que o mesmo não acontecia com meus colegas homens de graduação, eles conseguiam rapidamente estágios na área. Lembro de ter tentado em algumas emissoras da região em que morava, mas sempre acontecia aquela pergunta: “Você tem filhos?”. E, logo em seguida, um agradecimento, com o não, na sequência. E essa violência continuou até o final da minha graduação. Tive que trabalhar diretamente na área, sem conseguir estagiar em qualquer emissora ou rádio da cidade por ter um filho.

No caso de Joyce, durante a faculdade, outra constatação. Ela era a única aluna negra de uma sala de aproximadamente quarenta alunos. O estranhamento

da sua presença era sentido não só por ela, como por seus colegas de curso. Eles queriam entender quem era aquela menina que tinha conseguido furar “a bolha”. De um espaço até então preservado, e construído apenas para eles, homens e mulheres brancas. (RIBEIRO,2021).

Neste momento ela já começava a entender que aquele seria apenas o começo das ausências e participações solitárias. Quanto mais penetrava os espaços, e maior era o espaço de poder, menos encontros com pessoas negras eram possíveis. Sobre essa experiência solitária ela relata:

Lembrança mais marcante durante o período de faculdade, é a solidão, de ser sempre a única, de não ter colegas para compartilhar as mesmas vivências, que tenha tido as mesmas origens que a minha, isso que ficava mais presente e escancarado. Porque eu era quase sempre a única, se não era única estavam lá, mais dois no máximo, você se sente muito sozinha” (RIBEIRO,2021).

A respeito de sua trajetória, que já inicia com essa difícil batalha de enfrentar a solidão, ela reflete:

Concluir o curso e vencer em uma profissão, já é uma trajetória de muita solidão o que aumenta a incerteza porque quando você tem alguém para dividir, não só dividir [...] é tão esquisito isso, parece que a gente quer dividir algo tão diferente, e não é tão diferente. Ser negro, é ser você no mundo, é ser como tantos outros e levar suas origens para outros espaços. Você não quer dividir nada diferente, você quer que outras pessoas ocupem aquele espaço que você está ocupando, mas na realidade não, você se sente tão sozinho que você quer encontrar outras pessoas como você para dividir, e você está vivendo esse momento sozinha, porque o mundo impõe isso, infelizmente.” (RIBEIRO, 2021).

2.2 O percurso profissional nas emissoras de TV.

Eu me lembro que essa passagem na entrevista, sobre o percurso de sua profissão, me marcou muito. Queria entender como havia sido a sua experiência assim que chegou no mercado de trabalho. E, assim que começou a falar sua

primeira frase, eu soube que as experiências de mulheres negras são profundas em todas as suas etapas. Em síntese: "É chegar e não ser bem recebido". (RIBEIRO, 2021). Sobre sua experiência, ela completa: "De maneira geral nós negros que enfrentamos o mercado de trabalho na minha geração, nós não fomos preparados para esse enfrentamento mais duro, coisa que não acontece da mesma maneira para a branquitude que se lança no mercado de trabalho, eu observo que entre eles existe uma questão de pertencimento, de receptividade (RIBEIRO, 2021).

Ela refletiu sobre sua geração e disse lamentar não ter sido preparada para enfrentar o desrespeito no ambiente de trabalho, mas eu que pertenço a uma geração seguinte, não vejo um cenário de mudanças quanto a nossa preparação. Mesmo que hoje, discussões sobre o racismo e os impactos na vida de mulheres pretas estejam mais presentes nos discursos, é difícil estar preparada para tamanha violência. Na prática, as empresas não adotaram formas de combater o problema dentro das instituições. Parte dessa problemática perpassa na dificuldade que as empresas brasileiras têm em admitir: racistas existem e estão em todos os espaços, inclusive dentro das empresas brasileiras de comunicação.

Contudo, Joyce Ribeiro teve o início da sua carreira no ano 2000 na Rede Mundial, da Legião da Boa Vontade da LBV, como produtora e repórter. Ela disse que na época a emissora recém-criada proporcionava um ambiente muito significativo para o seu aprendizado. Por se tratar de um canal "novo", e com uma demanda menor do que as emissoras abertas, seu espaço para transitar em diversas frentes foi primordial para adquirir experiência, e agregar novos conhecimentos e possibilidades à sua carreira. No momento em que começou, atuava produzindo pautas e escrevendo para a redação do telejornal. Mas a proposta para se tornar repórter e atuar em frente às câmeras aconteceria logo na sequência.

O produtor precisou que ela cobrisse o lugar de uma colega de profissão que havia ficado doente, com uma forte gripe. Assim que recebeu o convite, veio o espanto. Ela não esperava receber esse convite. Mas topou a proposta, e começou a atuar como repórter frente às câmeras. O espanto de Joyce é recorrente nos discursos de mulheres negras que recebem convites para ascender na profissão, em espaços de visibilidade. Segundo Sueli Carneiro, se partirmos do entendimento que os meios de comunicação produzem lógica na produção do sistema de

representações sociais, sedimentadas no imaginário social, eles teriam, portanto, um papel importante na “cristalização da imagem e sentidos sobre a mulher negra” (CARNEIRO, 2019, p.282).

Em busca de novas experiências profissionais, ela decidiu seguir em frente, pois sentia que estava na hora de buscar novos caminhos para a sua profissão. Entre amizades e conselhos dos amigos que foi fazendo durante sua trajetória, ela se recorda de um que a ajudou muito. “O diretor de uma importante emissora disse que o currículo dela era excelente, mas que o jornalista precisava de um assunto que dominasse. Que se ela buscasse esse aperfeiçoamento, não faltariam lugares para ela trabalhar.” (RIBEIRO, 2021).

Buscando sempre o melhor para a sua carreira, e considerando os bons conselhos que recebeu durante o caminho, Joyce se inscreveu na faculdade de pós-graduação em Jornalismo Econômico e Político na PUC, se formando em 2002. Em seguida, ela começa a trabalhar na Rede Record, onde atuou como repórter e apresentadora do Fala Brasil. Na sequência apresentou o telejornal e também o programa de variedades na Record Internacional.

Em 2005, Joyce entrou na emissora SBT de televisão, lugar que passou doze anos de sua carreira. Na empresa ela teve destaque em diversas funções, desde: apresentadora, editora, âncora e editora. Por passar mais tempo no ar, ela afirma que teve uma experiência profissional muito positiva durante sua trajetória dentro da empresa, entre os diversos programas que apresentou estavam: SBT Brasil, o Jornal do SBT, o Agora Agora, o SBT de São Paulo e o Boletim de Salvador, no SBT Folia, SBT Repórter. Primeiro Impacto, novo telejornal da emissora. Ainda cobriu as eleições americanas no Jornal do SBT, em novembro.

Em 2017, Joyce foi desligada da emissora, e passou a escrever e comandar projetos pessoais. Entre os projetos estava o seu primeiro livro “Chica da Silva - Romance de uma vida (2016)”. O livro representa o seu desejo em reescrever a história de uma mulher negra que só tinha seu corpo exaltado pela história. Seu desejo é que os leitores a vejam com toda expertise de uma mulher negra que enfrentou no século XVIII todas as dificuldades que as mulheres ainda enfrentam atualmente, e venceu. (RIBEIRO,2022).

Atualmente, ela está à frente do Jornal da Tarde, na TV Cultura e enxerga o momento muito propício para ampliar as vozes de mulheres negras. Ela entende que

a posição que ocupa, e o momento de sua carreira promovem outro posicionamento, sobre o momento ela diz:

Sem dúvida é outro momento, é outro posicionamento, outro entendimento das questões, e outra possibilidade de ampliar nossas vozes, usando essa minha presença nos veículos de comunicação para ampliar o acesso de outras pessoas também de questões relevantes na pauta racial inclusive. [...] A possibilidade que eu tinha de “emplacar uma pauta” lá no começo da carreira era outra do que eu tenho hoje sendo apresentadora e editora de um jornal. (RIBEIRO,2021).

A posição de poder que exerce na empresa, possibilita que Joyce Ribeiro, consiga ampliar as vozes de mulheres negras. Para ela, na TV Cultura encontrou mais espaço para promover essas mudanças, em parte porque a filosofia da empresa está em atender as diversas comunidades. Mas também por um processo contínuo de luta de mulheres negras, “Cada vez mais a gente caminha, às duras penas, porque tem a resistência, tem o contrário, tem aqueles que vão se sentir levados por isso, principalmente agora com políticas contrárias, mas, porém, é a evolução do comportamento humano, eu acredito muito nisso”. (RIBEIRO, 2021).

Levar a diversidade para dentro das empresas é entender que todas as pessoas podem se manifestar levando sua perspectiva, neste sentido, tanto em pautas raciais como questões LGBTQIA+, questões ambientais, pautas que geralmente não tem tanto espaço nos noticiários hegemônicos. Joyce se sente preparada para criar esse ambiente. “Criar um ambiente onde sim em uma reunião de pauta isso é relevante, isso estará presente no noticiário, ter essa função hoje no jornal eu acho que hoje é uma função minha. É o apresentar, é o editar, é o encaminhar pautas.” (RIBEIRO, 2021).

Determinada, Joyce continua a abrilhantar o telejornalismo brasileiro com seu profissionalismo e engajamento, porém, os desejos do trabalho que promove hoje, ela espera ver no futuro com suas filhas. “Eu quero liberdade para minhas filhas, eu luto para que elas sejam plenas.” (RIBEIRO, 2021). Seu desejo é oferecer para as filhas mais confiança e preparo para enfrentar a vida e os caminhos que escolherem seguir. Apesar de vivenciar hoje uma sociedade melhor da época em que viveu, sabe que ainda existe muito trabalho pela frente. Ela reconhece que existem muitas

lutas que precisam ser enfrentadas. Entre essas lutas, ressalta a diferença salarial entre as mulheres e os homens, e a relação do racismo e das empregabilidades que afastam as mulheres das vagas pelo único fato de serem mulheres, mas também reconhece que o passo dado não tem volta.

2.3 Escrevivência: Joyce Ribeiro e o debate presidencial.

Figura 7- Candidatos a presidente da República e Joyce Ribeiro no centro, mediando o debate.



Fonte: G1.Globo. Acesso em: 07 de maio, 2023.

Vocês conseguem visualizar a força desta foto? No centro, com seu púlpito elevado, Joyce direciona o debate entre os postulantes à presidência da república do Brasil. Seis homens brancos, e duas mulheres negras. Uma que se apresenta como a primeira jornalista negra, em sua posição, e outra que disputa a posição de chefe de estado. Duas potências que brigam sozinhas, naquele espaço, para contrariar a hierarquia imposta pelo sistema racista e machista que domina os meios de comunicação e a política brasileira.

Por um instante, um vislumbre do mundo que esperamos. Naquele momento, representadas em apenas as duas, mas lutamos por mais. Mais mulheres ocupando esses lugares no centro das discussões. Mais corpos pretos, mais referências. Um mundo onde a diversidade prospere. Competência e disposição para que isso ocorra, tenho certeza através de nossas histórias, que temos. Porém, precisamos continuar unindo forças para que essas mudanças de fato aconteçam no Brasil.

Antes dessa foto, na data que anunciava o nome da jornalista Joyce Ribeiro para mediadora do debate, eu estava angustiada com a condução da política brasileira e o cenário nada promissor que despontava. Era setembro de 2018. Pela manhã, tenho o hábito de pegar o celular e ler algumas matérias nos jornais digitais.

A imprensa brasileira insistia em dar espaço para um dos candidatos que aparecia mais em polêmicas do que em debates. Pensei por alguns instantes em desistir de ler aquelas matérias e dar continuidade ao livro que ocupava a cabeceira da minha cama. Foi quando, entre elas, surge uma manchete anunciando um debate que aconteceria na TV Aparecida. Lembro de despontar um sorriso largo no meu rosto - era ela. Teríamos um debate entre os postulantes à Presidência da República, e no comando da programação a jornalista e apresentadora *Joyce Ribeiro*.

Cresci com poucas referências de jornalistas negras no telejornalismo brasileiro. Quando me formei em 2014, o cenário não era tão diferente da minha infância, poucas eram as referências de jornalistas que ocupavam a bancada como âncoras de um telejornal. Sempre achei desolador assistir à lentidão das mudanças em relação à diversidade dentro dos telejornais brasileiros. Desolador e solitário.

A solidão a que me refiro diz respeito à minha experiência em relação à agência de comunicação que passei durante meu primeiro emprego. Na ocasião, por exemplo, havia apenas duas jornalistas negras na redação e nenhuma delas ocupando posições de poder. A matéria que trazia o nome de Joyce Ribeiro dizia. “Primeira mediadora negra em um debate presidencial.” A repercussão que produzira essa manchete levou a questionamentos por parte da sociedade. Enquanto, para a jornalista, os questionamentos produziram sentimentos diversos, tanto sobre o papel da imprensa quanto a presença das mulheres negras. Joyce, ao responder esse momento, buscava refletir sobre sua posição, assim como a sua trajetória profissional e o universo da comunicação:

Então eu acho que tudo isso tem se refletido proporcionalmente aos espaços que temos conquistado, na televisão e em todos os veículos de comunicação e em todas as áreas. Disso vêm os espaços que a gente tem ocupado: da nossa forma mais robusta de entender, de se colocar e de se preparar para as nossas lutas, porque essa é uma luta constante, ela não vai acabar, ela vai se transformar; e dos elementos e do aprendizado e do

preparo que a gente vem adquirindo com o passar dos anos, para lutar as diferentes batalhas. [...] Por isso que hoje a gente vê outras profissionais, outras necessidades, da mesma forma que a gente tem profissionais se formando para o mercado. O mercado hoje entende que a nossa presença é essencial dentro do universo da comunicação” (RIBEIRO,2021).

O debate se demonstrou muito intenso, haja visto a atmosfera decisiva que se impõe perante os postulantes à presidência. Falas ensaiadas, e milimetricamente observadas sendo gravadas ao vivo normalmente geram tensão. Candidatos em sua maioria homens, com experiência na vida política promoviam discursos pautados em críticas, na intenção de desmoralizar a imagem de seus adversários, outros respondiam com clareza e facilidade. Alguns se perderam no tempo estipulado para as perguntas, deixando seus adversários à vontade para criar narrativas que os favorecessem.

Entre tantas situações distintas, não houve nenhuma dúvida de que Joyce era a mulher que precisava estar naquele local, mediando o debate. Suas falas precisas, e de grande potência, evidenciam o motivo do sorriso que se abriu quando soube do seu nome no debate. Em entrevista comigo, ela explicou quais foram as suas percepções sobre esse momento tão marcante para as jornalistas negras:

Eu fiquei mais impactada em ter chegado nesse momento e ser uma figura relevante para aquele acontecimento, para no olhar de todos os profissionais que estavam envolvidos naquele processo, e eram muita gente, eu repeti o número, inúmeras vezes durante aquele processo, porque me passaram e eu fiquei impactada com o número de pessoas envolvidas para aquele debate presidencial. E, a minha importância ali, junto com o trabalho de todos claros, e o olhar de todos, entendendo aquela relevância, o quanto aquilo foi representativo para mim é gratificante, e o quanto eu pude compartilhar com outras pessoas que entendiam aquilo da mesma forma, então por isso que foi um momento que ficou mais que marcado porque não foi uma conquista só minha, foi uma conquista de muitas pessoas, porque era, e é, um espaço muito concorrido e muito almejado. [...] Naquele momento me deram a responsabilidade de desempenhar a função que até então nunca tinha sido destinada a uma mulher negra, uma mulher com a minha trajetória e que aquilo fazia todo sentido, dentro da história que eu tinha construído até então, então eu fiquei muito feliz claro, muito honrada com o convite” (RIBEIRO, 2021).

Apesar da felicidade exposta em ocupar o espaço nesse momento, as falas da jornalista demonstram um lugar muito comum entre mulheres negras, pois revela a linha tênue que habitamos dentro do jornalismo. Entre o pioneirismo e a exclusão. O próprio jornalismo, não mensura o quanto essa manchete revela a sua falta de compromisso com a diversidade racial. Se estamos falando de pioneirismo em pleno século XXI, estamos comprovando o quanto o racismo ainda impede a presença de outras mulheres negras dentro dos espaços de comunicação. Afinal, estamos falando de 23,4% de mulheres negras, do total da população brasileira, segundo pesquisa do IPEA, e não conseguimos esboçar essa realidade dentro da imprensa.

O debate presidencial com a presença de Joyce Ribeiro, pode comprovar, portanto, diversos atravessamentos. O mais representativo é que, mesmo depois de sua estreia e pioneirismo na eleição de 2018, na eleição seguinte, em 2022, não tivemos nenhuma jornalista negra no centro dos debates. Lidamos então, com a exclusão. Seria possível avançarmos, sabendo da repetição dessa dinâmica dentro dos espaços jornalísticos? Até quando estaremos dispostas a aceitar nossas presenças sendo distribuídas pelo outro e através da lógica racista, entre o pioneirismo e exclusão?

Nesse contexto, para conseguir vislumbrar mudanças, precisamos nos preocupar com a ocupação dos espaços de liderança. Mulheres negras, que entendem a problemática do racismo, se empenham contra o racismo presentes nos veículos de comunicação.

3- TRANSFORMAÇÕES JORNALÍSTICAS: COMO AS VOZES DE JORNALISTAS NEGRAS E FEMINISTAS AUXILIAM NA CONSTRUÇÃO DE UM JORNALISMO DIVERSO.

O telejornalismo brasileiro tem sido historicamente marcado pela ausência de diversidade, especialmente em relação à representatividade racial. Apesar dos avanços recentes na inclusão de profissionais negros no jornalismo em geral, ainda é raro encontrar jornalistas negros na televisão, em particular nos telejornais de maior

audiência. Nesse contexto, a jornalista Luciana Barreto se destaca como uma das poucas profissionais negras, e se declara uma militante e ocupar uma posição de destaque no telejornalismo brasileiro. Este capítulo tem como objetivo analisar o papel de Luciana Barreto no contexto do telejornalismo brasileiro, bem como as razões para a sub-representação de jornalistas negros na mídia.

3.1 Luciana Barreto: Da baixada fluminense à âncora do telejornal.

Figura-8 Luciana Barreto na bancada do canal CNN Brasil.



Fonte: Página revistatrip Acesso em: 07 maio. 2023

Luciana Barreto é uma mulher elegante, e de sorriso largo. Logo na primeira palavra o seu sotaque carioca desponta. Para quebrar aquele clima de começo de entrevista, confidencio que gosto de passar os finais de ano vendo os shows pirotécnicos no Rio de Janeiro. Neste momento a conversa tomou um embalo “Você gosta? Sou carioca, de Botafogo.” Falamos um pouco de política, tomamos o nosso café, e só então, começamos nossa entrevista.

Barreto cresceu com seus pais e avós na periferia da Baixada Fluminense. Teve uma infância com muitas privações. Ser pobre e de periferia produz experiências bem duras, e bem conhecidas por nós, meninas negras de periferia.

Logo no início da conversa recordou, que poucas vezes, a televisão ajudou a amenizar os preconceitos e dificuldades financeiras sentidas por uma criança que convive diariamente com a pobreza e o racismo. “Lembro de assistir ao programa da Xuxa, e me sentir muito agredida. Não só pela falta de representação de negros, como também por aqueles cafés das manhãs luxuosos. Eu era muito pobre, e queria que fosse diferente”. (BARRETO, 2022).

O "Programa da Xuxa" foi um dos programas de televisão mais populares do Brasil nas décadas de 1980 e 1990, e sua apresentadora, Xuxa Meneghel, se tornou um ícone da cultura pop brasileira. Loira, alta e magra, a apresentadora reproduzia uma realidade muito distante da realidade de muitos brasileiros. A TV brasileira, dominada por uma visão eurocêntrica da beleza e da cultura, levava à exclusão sistemática e consciente de pessoas negras e de outras minorias étnicas.

A ausência de referências negras nos programas e jornais da TV brasileira, pode ser entendida a partir de um conjunto de fatores históricos e sociais que moldaram as relações raciais no país. bell hooks (2019) argumenta que a representação midiática das pessoas negras é marcada por estereótipos e preconceitos, que perpetuam a marginalização e a invisibilidade desses grupos na sociedade. Além disso, a intelectual brasileira Lélia Gonzales (2018), destaca a importância da autoafirmação e do empoderamento das pessoas negras, para superar os obstáculos impostos pelo racismo.

Barreto seguiu com seu desconforto diante as mazelas sociais e o seu desejo por mudanças. Determinada a demonstrar os problemas estruturais do lugar onde nasceu na Baixada Fluminense, buscou na faculdade de jornalismo um lugar de luta e denúncia. “Eu vivenciava momentos muito difíceis em minha infância, e notava que não eram notícias. Vimos uma vez um barraco pegar fogo com uma mãe e duas crianças dentro, e não ouvimos nada a respeito nos jornais”. (BARRETO, 2022).

Quando criança, seu avô sempre orientava para que fizesse a leitura dos jornais, para ficar sabendo sobre as notícias. Ele era um amante do jornalismo, e já entendia o papel social que o jornalismo desempenhava na vida da população negra e periférica. Ele sempre nos dizia: “Olha, para vocês não crescerem como idiotas, vocês precisam se informar, vocês precisam de suas próprias opiniões sobre os assuntos”. (BARRETO, 2022). A escolha, portanto, da sua profissão, foi definida

logo na sua infância. E neste momento, ela lembra que Glória Maria estava presente entre as suas referências de jornalistas negras.

Luciana começou a faculdade em 1998, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, quando ainda morava na Baixada Fluminense. Como morava longe da faculdade, precisava acordar todos os dias às 3:30 da madrugada para conseguir dar conta de chegar no horário para as aulas. As passagens eram caras, e por isso entendeu rápido que precisava arrumar um estágio para pagar os custos da faculdade.

No primeiro semestre passou para o estágio na TV Futura, que funcionava no prédio de todos os canais da Globosat. A disposição do local com outros canais possibilitou que tivesse contato com outros programas, e então, por seu ótimo desempenho, passou a trabalhar para a GNT, onde ficou até o final da sua formação em jornalismo, onde passou como redatora, repórter e até apresentadora.

Esse começo avassalador dentro das emissoras me chama a atenção. Pergunto para Barreto, como essas oportunidades “surgiram” na sua trajetória: “Eu sempre fui daquelas pessoas que entendeu muito cedo que a gente não pode entregar da mesma forma que pessoas brancas, para permanecer nos espaços precisamos entregar muito mais”. Então, eu entregava muito mais no canal Futura. As pessoas de onde eu trabalhava, percebiam essa minha entrega e diziam. ‘Nossa, essa garota trabalha muito’. Eu chegava a sair, muitas vezes, meia noite do trabalho.” (BARRETO, 2022).

Era faculdade de manhã, e muito trabalho de tarde e de noite, e por isso, sua única opção era voltar com a última condução para a casa, ou quando passava muito do horário, precisava ser levada por algum carro na emissora. Através de sua entrega, por vezes ocasionadas por uma cobrança gerada pelo racismo, Luciana continuava crescendo dentro das emissoras, porém ainda atuando nos bastidores do jornalismo. Nesse momento, recordou que foi trabalhando na televisão que teve um choque de realidade sobre as questões raciais que a acompanhavam. Ela nunca tinha se questionado, até o momento, o motivo de não querer estar em frente das câmeras.

Em uma ocasião, foi convidada para ser apresentadora do programa do GNT, e como gostava de ficar na redação, longe das câmeras, não aceitou. O diretor Ignácio Coqueiro, inconformado com o declínio da promoção, reforçou o convite,

dizendo que gostaria de tê-la como repórter em frente às câmeras. Nesse momento, Barreto desabou em choro. Ela não aceitava a ideia de se ver em frente às câmeras. “Eu não concebia a ideia de me ver na TV, estava naquele momento cheia de traumas que o Brasil me colocou”. (BARRETO, 2022).

A única resposta para essa situação é o racismo. E, ela nos dizer “Os traumas que o Brasil me colocou”, nesse momento, mexe muito comigo. Operando na desqualificação do indivíduo, o racismo consegue produzir em nós o sentimento de inferioridade, incapacidade e sentimento de culpa. “Lembro que ele me encontrou no corredor chorando, e teve muita paciência comigo, queria que eu estivesse naquele lugar. Me levou em um salão de cabeleireiro, fizemos compras, me fez roupa de alfaiataria, foi uma espécie de dia de princesa”. (BARRETO, 2022).

Neste momento Luciana se emociona ao lembrar da importância de ter cruzado com Ignácio, que teve com ela muito respeito e carinho. Mesmo com todo o investimento, continuava insegura, e tinha a situação de não ter experiência com o teleprompter, que é o aparelho que auxilia os apresentadores na leitura do texto. “Fiquei muito nervosa. Ignácio, percebendo minha tensão, pediu uma pausa para o café da equipe. Ele veio até mim, que estava de microfone e falou. ‘Quando eles voltarem, você vai ler esse texto com muita calma, e escute o que eu estou falando, nunca mais você vai sair de um estúdio’.” (BARRETO, 2022).

Podemos constatar, através de sua experiência, a importância da autodefinição de nós, mulheres negras, assim como a necessidade de fortalecimento de nossa rede de apoio e o encorajamento de nossas vozes dentro dos espaços (jornalísticos, inclusive). A ausência de mulheres negras dentro das emissoras de televisão nos deixa sozinhas, em uma luta quase sempre solitária. Luciana entregava profissionalmente, mas se via solitária na luta contra o racismo, não encontrava outras mulheres negras na mesma posição.

Passada essa primeira, de tantas experiências, Luciana nunca mais deixou de trabalhar em frente às câmeras. Foi escolhida no mesmo ano como a “cara” do GNT, passou no mestrado em relações étnico-raciais pelo CEFET, buscando no aprendizado mais conhecimento para continuar sua luta. Conquistou notoriedade nacional ao se tornar âncora do programa “Roda Viva”, da TV Cultura. Posteriormente, foi contratada pela TV Brasil, onde apresentou o telejornal “Repórter Brasil” e, mais recentemente, foi contratada como âncora do “Jornal da CNN Brasil”.

A trajetória profissional de Luciana Barreto, hoje reconhecida, revela inúmeras dificuldades enfrentadas por jornalistas negras para alcançar posições de destaque na televisão brasileira. Em conversa, Barreto relatou que teve que lutar contra o preconceito ao mesmo tempo que era atingida pelo racismo ao longo de sua carreira, sendo este frequentemente subestimado ou ignorado por colegas e superiores.

Figura 8- Luciana Barreto com os punhos erguidos



Fonte: Página revistatrip Acesso em: 07 maio. 2023

Barreto é uma jornalista negra e militante, e cheia de disposição para mudar a mídia que persiste com suas práticas racistas. Porém, é importante ressaltar que os jornalistas negros não podem ficar com toda responsabilidade de falar sobre o racismo na mídia. Todos os jornalistas deveriam se preocupar sobre o racismo. Muitas vezes, as pessoas esperam que os jornalistas negros falem apenas sobre questões raciais, como se não fossem capazes de abordar outros temas.

Para Luciana é importante que todos saibam. “Nós negros, podemos falar de outros temas sem que sejam o racismo.” (BARRETO, 2022).

Sua história destaca a importância da autodefinição, e de mais referências negras dentro do telejornal para enfrentar os desafios do racismo. “Eu quero encontrar cada vez mais meninas negras dentro da emissora. Acabei de receber uma promoção, e precisava indicar outra jornalista para o lugar. Olha que bacana, nesse exato momento, a diretora responsável pelo programa na CNN, acabou de me ligar dizendo que deu certo a contratação da jornalista negra que indiquei. Estou muito feliz.” (BARRETO, 2022).

A militância de Luciana é extremamente necessária para conseguir acender um alerta entre os responsáveis da empresa sobre a diversidade nos programas da emissora. No entanto, por mais que se dedique a continuar essa luta dentro e fora das emissoras, continuamos lidando com a ausência de apresentadoras negras nas redes de televisão. Dentro da CNN Brasil, contamos com três apresentadores negros em sua grade de funcionários. Isso reflete a persistência do racismo na sociedade brasileira, que limita o acesso de pessoas negras a oportunidades de educação e emprego, bem como perpetua estereótipos e preconceitos em relação à população negra.

Entende-se que o telejornalismo passa por novas estruturas, e ouvir suas perspectivas auxilia no entendimento de alguns marcadores raciais. A possibilidade de existir um jornalismo mais democrático passa por ouvir experiências de diferentes lugares, posições e pessoas. Com esse espaço de fala, Luciana leva em suas histórias uma nova forma de visualizar o jornalismo. Quanto mais plurais as experiências, mais pessoas se sentirão reconhecidas, e assim, mais conectadas com as matérias e o telejornal.

3.2 Rede de Televisão brasileira: Nós, jornalistas pretas e militantes.

As redes de Televisão do Brasil, como assinalado, são repletas de problemas que estruturam suas instituições. Falta de diversidade, programas e discursos que reforçam pensamentos racistas, machistas, LGBTfóbicos. Diretores majoritariamente brancos, e no final, uma pequena movimentação para mudança.

Movimentações essas, digam-se de passagem, que não ocorreram voluntariamente por parte das emissoras.

Como podemos observar ao longo dessa pesquisa, todas as mudanças que ocorreram em relação aos direitos raciais na história televisiva, vieram de fora, e se deram através de muitas lutas coletivas. Nossas lutas vieram das ruas, e em conjunto de muita gente. Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Muniz Sodré, Movimento Negro Unificado, jornalistas militantes, jornalismo independente. Muita gente séria e comprometida com a causa.

Diante de nossas lutas, reforço. É fundamental que as emissoras brasileiras também se comprometam com a luta antirracista. Para que consigamos vislumbrar mudanças significativas em justiça social, econômica e de igualdade racial. Matérias que diversificam as pautas, fontes e personagens, conseguem atuar de forma mais justa e democrática. As experiências vividas por nós, jornalistas negros, dentro e fora das emissoras servem para marcar nossas trajetórias, como para demonstrar que estamos ainda muito distantes desse comprometimento.

Luciana Barreto em entrevista para essa dissertação, narrou uma experiência que nos ajuda a pensar sobre a distância que ainda encontramos sobre uma luta antirracista comprometida. “Já chegaram a me dispensar de uma vaga de emprego porque disseram que eu era militante demais. Esse é um dos golpes que sofremos no decorrer de nossas trajetórias, pagamos um preço por nos posicionar”. (BARRETO, 2022).

A dura resposta da empresa no momento da sua entrevista demonstra que muitas emissoras não atuam em neutralidade, e continuam a defender os interesses próprios. Poucos estão dispostos a abrir mão de seus privilégios, e compreenderem o importante papel das redes de televisão na construção de uma luta antirracista no Brasil. Não existe neutralidade. Um jornalista econômico, esportivo por exemplo, que não considera a população negra em suas estatísticas, está atuando para um grupo específico. Sua matéria está dialogando com um recorte de classe e raça.

Abdias do Nascimento, em seu livro "O Genocídio do Negro Brasileiro" (2016), apontou que a mídia é uma das principais responsáveis pela manutenção do racismo no Brasil. Para o autor, a televisão é um dos meios de comunicação que mais influenciam a opinião pública, e por isso, tem um papel fundamental na promoção da igualdade racial. Abdias, desde os anos 70, trazia a responsabilidade

das empresas de comunicação com a manutenção do racismo, e o que essas empresas fizeram até o momento para mudar esse cenário?

As empresas de comunicação não trabalharam nem 1% do que conseguem, para produzir um ambiente mais ativo na promoção da igualdade racial. De modo mais sistemático, o movimento negro tem sido um dos principais atores na luta contra o racismo e na cobrança por medidas efetivas das empresas de comunicação. A partir de mobilizações e denúncias de casos de racismo e discriminação racial na mídia e redes sociais, esses grupos têm buscado conscientizar a população, e pressionado as empresas a assumirem compromissos com a diversidade.

Sabemos que a construção de um ambiente que discute de forma sincera as condutas antirracistas é um desafio, especialmente em uma estrutura racista. O capitalismo operacionaliza os engessamentos, e distribui as desigualdades dentro dessas estruturas. Estamos falando de relações de poder. Pessoas que se unem para garantir a manutenção de seus status e privilégio. No entanto, é fundamental que as empresas incorporem essas práticas e condutas comprometidas com a diversidade. Pessoas brancas precisam questionar essa ordem racista que permeia todos os setores das empresas de comunicação.

É incabível que as empresas continuem descartando esses profissionais, justamente por desenvolverem um trabalho e posicionamento comprometido com a luta antirracista. Ao apresentar reportagens, matérias e programas que abordam a questão racial de forma crítica e reflexiva, os jornalistas ativistas, poderiam contribuir para a conscientização do público e para a transformação de valores éticos e práticas racistas que acontecem dentro das empresas. É importante que as empresas de comunicação tenham um comprometimento com as questões raciais, mantendo a integridade e a independência profissional. É preciso também buscar alianças e parcerias com movimentos sociais e organizações que lutam pela igualdade racial, a fim de fortalecer a atuação e ampliar o alcance das pautas que defendem.

Para o escritor e jornalista Muniz Sodré (2003), precisamos nos atentar a importância da responsabilidade social, sensorial e emocional das empresas de comunicação. Com o poder da narrativa, determinam controles sobre as identidades pessoais comportamentais, “atuam como pano de fundo de uma estatização

generalizada da vida social” (SODRÉ, p.6, 2003). Dessa forma continuam mantendo uma ordem sobre os valores sociais, ao mesmo tempo, cerceando liberdades individuais.

A questão posta é, se tem um lugar com ferramentas suficientes para conseguir trabalhar as questões raciais dentro e fora das instituições, esse lugar é o jornalismo e as redes de televisão. Através de suas plataformas, conseguimos dar vozes às pessoas negras, assim como visibilidade às lutas contra o racismo. É importante que as vozes das pessoas negras sejam ouvidas e suas lutas sejam divulgadas pela mídia, para que haja uma maior compreensão do significado do racismo, e o impacto dele na sociedade em geral.

Porém, não pretendo me colocar nesta pesquisa de forma ingênua e pensar que essas mudanças aconteceram apenas no diálogo e com os poucos envolvidos que encontramos dentro dos veículos de comunicação. Não pretendo, e não quero. Primeiro porque, compartilho das jornalistas aqui citadas, que se angustiam com a responsabilidade que recaem apenas sobre elas, quando falamos de ações antirracistas dentro das empresas de comunicação. E depois, porque lidamos com um problema do racismo estrutural que pede mais implementações de legislações que coíbam o racismo, cobrando ações comprometidas das empresas na luta antirracista.

Nesse momento, continuamos sobrecarregadas. Buscando por diálogo, cobrando por diversidade, ao mesmo tempo que tentamos permanecer atuando dentro das empresas. É muito decepcionante chegar nas empresas e notar que somos as únicas mulheres negras em cargos superiores. Lembro uma ocasião, assim que comecei em uma nova empresa, e conheci Tereza. Ela trabalhava como auxiliar de limpeza no local. Em uma oportunidade, quando entrava no elevador, ela me parou, e me disse que estava contente em ver uma mulher negra ocupando minha posição, que até o momento, só havia visto mulheres brancas em meu cargo, que estava feliz, e que eu a representava. No final é isso, estamos lutando sozinhas ao mesmo tempo, buscando nos motivar a seguir.

Nosso compromisso continua sendo por nós, para nós. Reivindicamos a transformação dos espaços para que nossos corpos não sejam vistos como exceção. Queremos que todas tenham a oportunidade de chegar, que não sejamos histórias únicas. Luciana Barreto, tem se incomodado muito quando a correlacionam

como a “primeira âncora negra”. “Me incomoda e causa um certo desconforto. Não pretendo ser uma história única. Quero que outras meninas negras cheguem, que sejam espaços democráticos, e que todas que queiram, tenham a chance de acessar”. (BARRETO, 2022).

Ao incluir mais mulheres negras no telejornalismo, há uma oportunidade de ampliar as vozes e experiências representadas na mídia. Nós mulheres negras somos plurais, e trazer novas pessoas acarretam novas perspectivas sobre questões sociais negligenciadas pelos meios de comunicação. A importância das vozes das mulheres negras no telejornalismo é enorme. A representação das mulheres negras no telejornalismo inspira jovens mulheres negras a seguir carreiras no campo do jornalismo e da mídia, mostrando-lhes que seus pontos de vista e histórias são importantes e valorizados.

Também é importante destacar que a presença de mulheres negras no telejornalismo não deve ser limitada apenas às apresentadoras de notícias, mas também deve ser vista nas equipes de produção, edição e reportagem, garantindo uma abordagem mais diversificada e completa das histórias que são contadas. Apontamos, porém, a urgência de se discutir nossos atravessamentos. Como podemos constatar através dos relatos, precisamos do apoio e comprometimento de outras áreas para conseguir vislumbrar alguma mudança.

Assumir abertamente a luta antirracista está atrelado diretamente à luta histórica do feminismo negro. Não existe forma de existirmos, sem nos posicionarmos diante das injustiças direcionadas aos nossos corpos. Em outras palavras, não existe forma de ser uma jornalista negra que se reconheça dentro desse sistema racista, sem lutar por nossas causas. O ativismo de mulheres negras no telejornalismo é fundamental para uma representação mais equitativa e inclusiva na mídia.

Nossas necessidades são urgentes, e não podemos mais nos esconder, por detrás do decoro imposto pelas normas da branquitude. Não podemos mais sofrer violências, justamente por pedir por equidade e considerar que as diferenças existem. É necessário, portanto, que as pessoas brancas envolvidas com as empresas de comunicação estudem, escutem e questionem esse lugar da branquitude na transformação dos espaços de comunicação, para que tenhamos uma mídia democrática, plural e representativa.

3.3 Nós, Glórias Marias: Pavimentando, para ocupar!

Começamos inspiradas por poucas jornalistas negras que caminharam pavimentando caminhos. Glória foi uma delas. De cada Glória, surgiram Joyces, Lucianas, Flávias. Todas de pele preta, que um dia olharam para a televisão e se inspiraram em sua força e competência. Hoje, somos diversas. Demos frutos. Pavimentar para ocupar tem sido a nossa obstinação.

Quando estive em São Paulo, para um encontro entre jornalistas negras, para ouvir nossas histórias e desabafos sobre o jornalismo, falamos o quanto a passagem de outras jornalistas negras na mesma emissora que agora atuam, possibilitou mudanças dentro das instituições. Ao encontrar com mulheres que questionam a ordem racial imposta, as empresas começam a buscar formas para se reorganizar. “Quando estive na emissora, comecei a apontar a falta de contratação de mulheres negras, agora, quando posso, sempre indico outras jornalistas negras para novas posições.” (BARRETO, 2021).

Lutamos todos os dias para florescer em nós, e em outras. Somos por vezes, consumidas por essas lutas que parecem não ter fim. E talvez, por agora, não tenha mesmo. Mas não estamos dispostas a desistir de nossas reivindicações, em respeito a nossas histórias e de muitas outras mulheres negras que nos ajudaram a chegar até esse lugar.

O colonialismo produziu as ferramentas de tortura para nos silenciar. O capitalismo manteve a organização das desigualdades. Nos posicionaram abaixo de todos na pirâmide social, forçaram os nossos corpos aos mais perversos tratamentos físicos e mentais. Estupraram, mataram nossos filhos, venderam nossos corpos. Preteridas, seguimos sozinhas buscando força para seguir. Querem dar cabo em mulheres que dão vida a outras crianças pretas.

Com dor, tristeza e raiva, muitas de nós morremos, por vezes, sobrevivemos. Em vida, continuamos lutando e sentindo raiva do sistema racista que alimenta a sociedade. Audre Lorde, em seu livro *irmã Outsider* (2020), disse também que sentia raiva. “Minha raiva é reação às atitudes racistas, assim como aos atos e pressupostos que surgem delas [...], porém, se usada com precisão, ela pode se

tornar uma poderosa fonte de energia a serviço do progresso e da mudança” (LORDE, 2020, p.155 -159).

Escolhemos uma à outra, e as fronteiras das batalhas de cada uma, a guerra é a mesma, se perdemos um dia o sangue das mulheres coagulará sobre um planeta morto, se vencermos, não há como saber. Procuramos além da história por um encontro mais novo e mais possível. (LORDE, 2020, p.53).

Com raiva, conhecimento e com propostas buscamos por mudanças. E, assim como colocado no poema da Audre Lorde, trabalhamos para produzir um encontro mais novo e mais possível com nossas escolhas. Afinal, a “raiva também é energia” (LORDE, 2020, p.159). Precisamos dela para alterar esse modelo de mundo que não respeita nossos corpos e não atende nossas exigências. Celebraremos a vida da forma que consideramos justas aos nossos corpos dentro dos espaços que optarmos por seguir.

Não pretendemos movimentar-nos apenas reativamente às opressões impostas pelo racismo, buscamos novas formas de nos integrar ao mundo, partindo de nossas experiências e nossas perspectivas. Queremos partir de nosso “ponto de vida”, assim como descreve Beatriz Nascimento (2018). Na pretensão de não falar apenas teoricamente, e trazer através de experiências nossas perspectivas, vou exemplificar uma dessas situações, onde mulheres negras tem criado espaços para promover a luta coletiva dentro do jornalismo.

Lançado através de suas Redes Sociais, o “Projeto Futuro” da jornalista Maria Júlia Coutinho, tem o objetivo de divulgar fotos e vídeos de jovens meninas negras que se inspiram em sua presença e pensam em seguir o mesmo caminho que a jornalista. Sentada na bancada do Jornal Hoje, da Rede Globo, ela diz. “Sabe aquela frase, de fim do ano da rede Globo “E o futuro já começou”. Ele já começou hoje com meu Instagram, eu vou colocar aqui, vídeo e fotos das meninas que serão as mulheres, que serão o futuro desse país e mandam para mim vídeos e fotos falando do meu cabelo que gostam muito [...] enfim, eu vou prestigiar, aquelas que me prestigiam e me deixam emocionada.” (COUTINHO, 2021).

Através da plataforma digital, ela busca produzir um espaço de reconhecimento e acolhimento das possíveis novas jornalistas negras. Ela

exemplifica através do seu cabelo, a referência que meninas negras gostariam de ter ao vê-la na televisão, e com sua abrangência, consegue dar início a mudanças, através de sua plataforma digital que conta com milhares de seguidores.

Aliás, Joyce Ribeiro e Luciana Barreto fazem de suas plataformas digitais, um local aberto de diálogo com outras jornalistas negras. Levando para as redes o papel de seu ativismo, que muitas vezes, não são possíveis dentro das emissoras de televisão. Elas fazem questão de reforçar seu posicionamento, que não se limita apenas aos espaços que atuam como jornalistas. Existe muito trabalho de reconhecimento que é desenvolvido fora das emissoras.

De modo geral, o processo pelo qual mulheres negras têm passado ao longo do percurso de lutas no telejornalismo, tem feito com que criemos ferramentas para a manutenção de nossos trabalhos e nossa autonomia. Por isso, lidamos com uma área que depende de muito comprometimento e esforços das jornalistas negras, que além de focarem em seu crescimento dentro das empresas, necessitam continuar executando esse trabalho em outros espaços.

Estamos falando de amplificação de nossas lutas. Ampliamos coletivamente com a nossa vivência, e nos articulando de forma concreta com as nossas reivindicações. Passamos por uma transformação no fortalecimento de nossos sonhos e nossas realidades. Pavimentamos os caminhos para ocupar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário neste momento, concluir essa pesquisa. Uma pesquisa que me resgata e me transforma, justamente por me possibilitar encontros com o conhecimento de mulheres negras. Encontrar com mulheres negras que tiveram suas histórias apagadas e silenciadas ao longo da história oficial brasileira, impulsionou essa dissertação para o resgate de suas vozes, evidenciando importantes nomes de jornalistas negras que ajudaram na construção do jornalismo no Brasil.

Entendemos a pluralidade que abarca nós, mulheres negras brasileiras, em partilha da teoria do feminismo negro, que trouxe conhecimento para o entendimento de nossa diversidade assim como das opressões que nos atingem e nos colocam a

base da pirâmide social. Portanto, vivendo em um Brasil racista, sabemos que seria necessário reconstruir-se negra, justamente para desconstruir-se de uma percepção sobre raça elaborada através da ótica do homem branco, que organizou nossos corpos a partir da inferiorização e da dominação colonial patriarcal.

Através da Máscara de Flandres, entendemos que a escravidão trabalhou para a produzir objetos de tortura e desumanização dos corpos de nós mulheres negras. E mesmo que, após a escravidão não tivéssemos mais uma máscara física que vedasse a nossa boca, essa máscara se perpetuou simbolicamente através do colonialismo por meio de violências com o impedimento de nossas falas.

O silenciamento de nossas vozes, auxiliavam na manutenção de narrativas elaborada por homens brancos, que visavam continuar com a manutenção de seus privilégios em detrimento das desigualdades nas estruturas sociais, políticas e econômicas brasileiras

O telejornalismo brasileiro, por muito tempo corroborou com narrativas que distanciavam das realidades vividas pela população negra brasileira. Ficamos por décadas discutindo racismo, pobreza e desigualdades, através de jornalistas brancos que não tinham ideia de como era a realidade de um morador negro de uma comunidade.

Remontar a história do jornalismo da TV, e lembrar importantes representações para nós, mulheres negras, como, Glória Maria, Dulcinéia Novaes e Zileide Silva, evidenciou os preconceitos que sofreram, assim como demonstrou o quanto a representação é necessária no impulsionamento e encorajamento de mulheres negras, que vieram a se tornar jornalistas depois de se inspirarem em suas histórias e trajetórias.

Segundo o levantamento demográfico, a população que se autodeclara negra, ou parda no Brasil correspondem a 56,10%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE. Sendo a maioria desse segmento populacional formado por mulheres. Entre esses somente 20,10% dos jornalistas se autodeclararam negros e pardos, como mostra o levantamento realizado em 2021, por Jornalistas&Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto Corda e l'MAX, que mapeou o perfil racial da imprensa brasileira.

Apesar da superioridade populacional continuamos observando através dos levantamentos mencionados nessa pesquisa, que quando falamos de jornalistas

dentro das redações esse número diminui drasticamente. E quando falamos sobre mulheres negras em cargos de poder, falamos de um número menor ainda. Muito das causas, foram apresentadas nessa dissertação, exemplificando a profundidade do problema. Falar sobre mulheres negras no jornalismo é partir de um lugar de opressão, violência e muita luta.

O presente trabalho demonstrou, através de nossas vivências, que são muitas as barreiras raciais e de gênero que encontramos nos percursos de nossas trajetórias. O jornalismo brasileiro enquanto instituição continua operando nos velhos moldes, e fornecendo lógica para muitas opressões presentes na sociedade. Todos os dias, uma jornalista negra é atingida por uma dessas violências dentro ou fora da redação.

Apesar das constantes denúncias e reivindicações, continuamos sendo atravessadas pela dinâmica da dominação racial. Diante dessas perspectivas, existe muito trabalho para que tenhamos um cenário mais inclusivo e diverso dentro dos telejornais brasileiros. Pensar no futuro do jornalismo é pensar nas dinâmicas antirracistas dentro e fora das instituições de comunicação.

A presença de mulheres negras no telejornalismo possibilita mais diversidade e novas perspectivas. Romper com o silenciamento foi um primeiro caminho para buscarmos soluções para um passado de violência dispostos aos nossos corpos. O desafio no momento é encontrar nossas próprias vozes, fazendo com que elas se tornem legitimadas e pertencentes aos espaços de comunicação.

As histórias de Joyce Ribeiro e Luciana Barreto são repletas de atravessamentos e experiências que nos levam a entender a conjuntura do atual jornalismo brasileiro. O estudo de suas trajetórias, que eu trouxe nessa dissertação, levou a apontamentos relevantes e necessários para entendimentos quanto à especificidade de ser uma jornalista mulher que luta pelos direitos raciais na imprensa brasileira.

Entende-se que o telejornalismo passa por novas estruturações, e ouvir suas perspectivas auxiliou em seu entendimento. A possibilidade de existir um jornalismo mais democrático passa por ouvir experiências de diferentes lugares, posições e pessoas. Com esse espaço de fala, Luciana, Joyce, Dulcineia, Glória Maria, Zileide Silva, entre outras, acabam nos permitindo experienciar uma nova forma de visualizar o jornalismo.

Quanto mais plurais as experiências, mais pessoas se conectam com o jornalismo, que assim como demonstrado, precisa se retratar depois de décadas de falta de posicionamento quanto à luta antirracista. Espero, portanto, que nossas palavras ecoem. Ecoem em luta e reflexão para aqueles que entendem a problemática do racismo sobre os veículos de comunicação, em especial o jornalismo. Axé!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das letras, p.32-33, 2019).

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BARRETO, Luciana. Entrevista Luciana Barreto [Mar,2022]. Entrevistadora: Jacqueline de Campos Medeiros. Campinas. Áudio. Entrevista concedida para essa dissertação de Mestrado Divulgação Científica e Cultural - UNICAMP.

CAMILO, Vandelir. Necromemória: reflexões sobre Um conceito. *Canoa Do Tempo*, 13, 1-28, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.38047/rct.v13.FC.2021.al10.p.1.28>. Acesso em: 29/07/2022.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 22, p. 965-986. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?lang=pt> Acesso em: 25/04/2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p.117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948> Acesso em: 01/08/ 2022.

_____.Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v.31, n.1, p.99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01/08/2022.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. Texto original, 1990, 495p.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v.31, n.1, p.99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01/08/2022.

CONHEÇA DULCINÉIA NOVAES. RPC DE AaZ, Rio de Janeiro, 16 de Maio de 2022. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/rpc/rpc-de-a-a-z/noticia/conheca-dulcineia-novaes.ghtml> Acesso em: 29/07/2022.

CONCEIÇÃO, Jessy Kerolayne Gonçalves. A máscara não pode ser esquecida. *Poiésis*, Niterói, v. 21, n. 35, p. 345-362, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/poiesis.v21i35.36386>. Acesso em: 29/07/2022.

COUTINHO, Maria Julia. Instagram pessoal. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/COTKYxNJlt8/?img_index=1 Acesso em: 07/05/2023.

CRENSHAW, Kimberlé Willians. “Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. In: *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167.1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso: 01/08/2022.

CRUZ SANTA, Victória. A FORÇA DE UMA VOZ AFRO-PERUANA. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/victoria-santa-cruz-forca-de-uma-voz-afro-peruana/>. Acesso em: 29/07/2022.

DUARTE, Constância Lima; CORTÊS, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário. *Escrevivências: identidade, gênero e violência* (na obra de Conceição Evaristo). Belo Horizonte: Idea, 2016. p.147-57.

EVARISTO, Conceição. “Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita”. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.).

Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p 16-21. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em: 02/09/2017.

_____. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANDOLOSO, Rogério. Dudu Camargo desdenha de Joyce Ribeiro, jornalista demitida do SBT: "Estou dando a audiência que ela não dava". Disponível em: <https://www.otvfoco.com.br/dudu-camargo-desdenha-de-joyce-ribeiro-jornalista-demitida-do-sbt-estou-dando-a-audiencia-que-ela-nao-dava/> Acesso em: 05/08/2022.

GOMES DE SOUZA, Fernanda. *O conceito de ponto de vista (standpoint view) em Patricia Hill Collins*. Dissertação de Mestrado (Ciências Humanas - Sociologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. (6/7), 67–82. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862> Acesso: 21/07/2022.

_____. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje*. Brasília: ANPOCS n. 2, p. 223-244. 1983. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130749/mod_resource/content/1/Gonzalez.Lelia%281983-original%29.Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira_1983.pdf. Acesso em: 01/08/2022.

_____. A cidadania e a questão étnica. (1985) In: Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos PanAfricanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

GONÇALVES E SILVA, Beatriz Petronilha. "Chegou a hora de darmos a luz a

nós mesmas": Situando-nos enquanto mulheres e negras. Cadernos CEDES [online]. 1998, v. 19, n. 45, pp. 7-23. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000200002>. Acesso: 29/07/2022.

GRIFFIN, ADA G, and Michelle Parkerson. A Litany for Survival: The Life and Work of Audre Lorde. New York, NY: Third World Newsreel, 1996.

HOOKS, Bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva. **Maringolo**. São Paulo: Elefante, 2019a.

_____. Teoria feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

_____. Intelectuais Negras. Revista Estudos feministas. Nº2/95. vol.3. 1995. Dossiê. *Revista Estudos feministas*. Nº2/95. vol.3. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso: 01/08/2022.

_____. "E eu não sou uma mulher?": Mulheres negras e feminismo. Trad. Bhuvi Libanio. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

Jornalistas&Cia et. al. Perfil racial da imprensa brasileira. Poder 360, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>. Acesso em 04/08/2022.

Joyce Ribeiro estreia como âncora do Jornal da Cultura nesta segunda-feira. **Cultura**, São Paulo. 02 de março de 2018. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/583_joyce-ribeiro-estrela-como-ancora-do-jornal-da-cultura-nesta-segunda-feira.html. Acesso: 01/08/2022.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação*. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. *While I Write*. Youtube, Disponível em: www.youtube.com/watch?v=UKUaOwfmA9w Acesso em: 18/07/2018.

KOFES, Suely. Comentar a revista Raça Brasil não é uma tarefa fácil. **Cadernos Pagu**, n. 6/7, p. 297–302. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1871>. Acesso em: 22/07/ 2022.

KNEIPP, Valquiria, Passos. Características do telejornalismo brasileiro dos anos 80: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação Intercom, São Paulo, 2007.

KRENAK, Ailton. Cartografias para adiar o fim do mundo, com Ailton Krenak e Muniz Sodré. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=78ikR_oxrtg . Acesso em: 05/08/2022.

LIMA, Fernando BARBOSA. Televisão e vídeo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985. (Coleção Brasil: Os anos de autoritarismo).

LORDE, Audre. Irmã Outsider: Ensaios e Conferências. Trad. Stephanie Borges. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze;

MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 27-53.

MARQUES, W. J. Gonçalves Dias, a escravidão e o tapete levantado. Teresa, [S. l.], n. 12-13, p. 469-482, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99415>. Acesso em: 5 ago. 2022.

MARIA, Glória. Entrevista para o Roda Viva. São Paulo, 14 de março de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wgkRlelW7l8>. Acesso em: 29 de julho de 2022.

_____. Conversa com o Bial. Rio de Janeiro, 18 de maio de 2020.

_____. Entrevista para o Fuxico. São Paulo, 11 de Julho de 2012. Disponível em: <https://www.ofuxico.com.br/noticias/ gloria-maria-diz-que-voltaria-a-ter-cabelo-black->

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Joyce. Entrevista Joyce Ribeiro [Jan, 2021]. Entrevistadora: Jacqueline de Campos Medeiros. Campinas. 2 videos. Entrevista concedida para essa dissertação de Mestrado Divulgação Científica e Cultural - UNICAMP.

ROGERO, Tiago. *Imprensa negra*, Disponível em: <https://tiagorogero.com/vn-2a-temporada/> Acesso em: 05/08/2022

ROSA, Martha QUEIROZ FIGUEIRA. Os primeiros passos da imprensa negra recifense do século XX. In: XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. *Anais Eletrônicos do XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 2011.

REZENDE, Guilherme Jorge. *Telejornalismo no Brasil, um perfil editorial*. São Paulo: Summus, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. *Comunicologia - Revista de Comunicação da UCB*, v. 3, n. 1, p. 01-26, 20 ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.31501/comunicologia.v3i1.1714>. Acesso em :01/08/2022.

SANTOS, Yasmin. *Letra Preta*. A inserção de jornalistas pretos no impresso. Monografia (Graduação em Comunicação Social-Jornalismo) Escola de comunicação Comunicação - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. *Comunicologia - Revista de Comunicação da UCB*, v. 3, n. 1, p. 01-26, 20 ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.31501/comunicologia.v3i1.1714>. Acesso em :01/08/2022.

SBT demite as jornalistas Joyce Ribeiro e Patrícia Rocha. UOL, São Paulo. 02 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/01/20/sbt-demite-as-jornalistas-joyce-ribeiro-e-patricia-rocha.htm> . Acesso: 22/07/2022.

SIMMONDS, Felly Nkweto. "My Body, Myself: How does a Black woman do sociology?". In: PRICE, Janet; SHILDRICK, Magrit. (Ed.). *Feminist theory and the body*. New York: Routledge, 1999.

SILVA, Zileide. Trajetória Zileide Silva. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/perfil/zileide-silva/noticia/zileide-silva.ghtml>. Acesso: 05/08/2022.

SOMÉ, Sobonfu. *O Espírito da Intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre relacionamentos*. São Paulo: Odysseus Editora, 2003.

SOBRINHO, José BS. "Reinvenção da cultura e emergência de uma nova sociedade". São Paulo: Brasiliense, 1993.

SPIVAK, Gayatri. *More on Power-Knowledge. Outside, in the Teaching Machine*. (trad. Lewis White Beck) Nova Iorque: Editora, 1993, 90p.

WALKER, Alice. *In Search of our Mother's Gardens*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, p. 92, 1983.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de Mulheres Negras e Estratégias Políticas contra o sexismo e o racismo. Guarulhos: *Revista da ABPN*, V.1, N.1. mar-jun de 2010.